



Ministério Público de Sergipe

Relatório

2008



Aracaju-SE

Ministério Público de Sergipe

Relatório 2008

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA
Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Maria Creuza Brito de Figueiredo

SUPLENTE
Maria Helena Fernandes de Barros

COORDENADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Rodomarques Nascimento

OUVIDOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Josenias França do Nascimento

SECRETÁRIO GERAL DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Orlando Rochadel Moreira
Promotor de Justiça



CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO II - DIAGNÓSTICO INICIAL.....	5
SEÇÃO I - ESTRUTURA.....	5
1. INSTALAÇÕES FÍSICAS	5
2. VEÍCULOS	5
SEÇÃO II - QUADRO DE PESSOAL.....	6
1. EFETIVO DO MP	6
SEÇÃO III - FINANÇAS.....	7
1. ORÇAMENTO	7
2. RESPONSABILIDADE FISCAL	9
CAPÍTULO III - DAS AÇÕES	11
SEÇÃO I - ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	11
1. PROCURADORIA-GERAL.....	11
1.1. PROCURADORA-GERAL E SEU GABINETE ADMINISTRATIVO	11
1.2. ASSESSORIA DO GABINETE DA PROCURADORA GERAL / NÚCLEO RECURSAL	11
2. CORREGEDORIA GERAL DA PGJ	14
3. COORDENADORIA GERAL DA PGJ.....	15
4. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	18
5. COLÉGIO DE PROCURADORES	18
6. OUVIDORIA	22
7. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL	23
8. ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	24
9. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA	26
9.1. PROJETOS INSTITUCIONAIS	26
9.1.1. Stand do Ministério Público no “Sergipe de Todos”	26
9.1.2. Paternidade Responsável	28
9.1.3. CENSO ESCOLAR	29
9.1.4. Campanha: “O que você tem a ver com a corrupção”	31
SEÇÃO II - ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	32
1. SECRETARIA-GERAL DA PGJ	32
1.1. COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO.....	34
2. COORDENAÇÕES.....	36
2.1. COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	36
2.2. COORDENAÇÃO FINANCEIRA	36
2.3. COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	36
2.4. COORDENAÇÃO DE INFORMÁTICA.....	41
3. ASSESSORIAS.....	45
3.1. DE ENGENHARIA E PERÍCIAS.....	45
3.1.1. COMISSÃO DE PERÍCIAS DE ENGENHARIA.....	46
3.2. ASSESSORIA JURÍDICA.....	47
3.3. ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO.....	48
3.4. ASSESSORIA MILITAR.....	49
3.5. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO.....	50





CAPÍTULO IV - POLÍTICAS ESTRATÉGICAS	52
1. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	53
1.1. LICITAÇÕES - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÕES NO PERÍODO ..	53
CAPÍTULO V - CONCLUSÃO	57
ANEXOS.....	58





CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça de Sergipe, ao término do exercício financeiro, apresenta relatório administrativo correspondente ao ano de 2008, dirigido aos membros e servidores do Ministério Público e franqueado à sociedade, visando assegurar a publicidade e transparência da gestão pública e registrar o desenvolvimento institucional do Órgão Ministerial.

3

O Ministério Público é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Seu campo de atuação é vasto e suas atribuições múltiplas. Além das funções que lhe são cometidas pelo art. 129 da Constituição Federal, o Ministério Público vem se tornando uma espécie de interlocutor geral dos cidadãos, sendo chamado a atuar como mediador até mesmo naquelas relações que não se inscrevem em suas atribuições legais. Exercita suas funções institucionais nos processos penais e cíveis, protege o meio ambiente, o consumidor, o idoso, o deficiente, a criança e o adolescente, vela pelos grupos minoritários e vulneráveis, defende o patrimônio público, exerce o controle externo da atividade policial, fiscaliza as entidades do terceiro setor e os serviços de relevância pública, o patrimônio histórico e cultural, as normas urbanísticas e procura fomentar o desenvolvimento da cidadania promovendo eventos (cursos, simpósios, congressos, campanhas, etc.) sobre os temas acima elencados.

Estamos diante de uma fase de célere evolução tecnológica em todos os segmentos sociais. Mesmo as atividades ilícitas, em face da crescente sofisticação das organizações criminosas, saíram do que se chamava de marginalidade para se entrelaçar na esfera política-administrativa, dificultando a atuação do Órgão incumbido da persecução penal.

Manter-se atuante com efetividade frente às inúmeras incidências de corrupção e práticas abusivas praticadas na administração pública, organizações não governamentais e na iniciativa privada tornou-se um desafio que ultrapassa as fronteiras da tradicional atividade judicial. As palavras de ordem são protagonismo e proatividade, significando que os órgãos de execução do Ministério Público deverão





ter a iniciativa, investigar, diligenciar situações que envolvam o interesse público, em áreas tão diversas como meio ambiente, relações de consumo, educação, saúde, transportes, patrimônio público, cultura, lazer, etc.

Para atender a tais demandas, temos que considerar a crescente necessidade de recursos humanos e materiais. Entretanto a chamada Lei de Responsabilidade fiscal - LC nº 101/00 (LRF), fixou em 2% da Receita Corrente Líquida do Estado (RCL) o máximo permitido de despesas com pessoal para o Ministério Público, criando, destarte, severo óbice ao desenvolvimento de suas atividades ao longo do tempo, tendo em vista a disparidade deste percentual em relação ao assegurado ao Poder Judiciário, que dispõe de 6% da Receita Corrente Líquida para fazer frente a despesas desta natureza.

Buscando enfrentar o problema, a administração do Ministério Público de Sergipe, nos últimos dois anos, tem procurado realizar o equilíbrio entre austeridade e eficiência, racionalizando os recursos disponíveis e conseguindo enquadrar a Instituição rigorosamente dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Apesar da contenção de gastos com pessoal, foi possível obter grandes avanços na reestruturação do Ministério Público, modernizando significativamente o seu parque tecnológico, a frota de veículos, as instalações e o mobiliário, além de reformar sedes de Unidades e dar início à construção da nova sede no Centro Administrativo.





CAPÍTULO II - DIAGNÓSTICO INICIAL

SEÇÃO I - ESTRUTURA

5

1. INSTALAÇÕES FÍSICAS

O Ministério Público de Sergipe tem sua SEDE no Edifício Valter Franco, localizado na região central de Aracaju, na Praça Fausto Cardoso, nº. 327, prédio em que ocupa seis, dos sete pavimentos. Ocupa também um pavimento no vizinho Edifício São Carlos e duas garagens, sendo estes três últimos imóveis alugados.

No edifício sede funcionam as Promotorias Especializadas de Aracaju, a Administração Superior, as Procuradorias de Justiça, os serviços administrativos, de informática, auditórios e a Escola Superior do Ministério Público. As Promotorias funcionam no Fórum Gumercindo Bessa (Aracaju), nos fóruns integrados da Capital, nos fóruns das comarcas do interior e nas quatro sedes próprias no interior, localizadas nas comarcas de Itabaiana, Estância, Simão Dias e Canindé do São Francisco.

Quando do início da atual administração, o Ministério Público já dispunha de uma área localizada em frente ao Fórum Gumersindo Bessa, no Bairro Capucho, que media cerca 15.000 m², com terreno fortemente acidentado, contendo uma pequena casa habitada por terceiros. Esta área foi ampliada por cessão de terrenos adjacente do Estado de Sergipe, e foi preparada para edificação da nova sede. Ao longo de 2008 foi concluído o projeto arquitetônico e de engenharia, tendo sido licitada a construção através de concorrência de âmbito nacional, que resultou na contratação da Construtora Celi Ltda. Em dezembro, empresa iniciou a montagem do canteiro da obra através dos serviços preliminares, com previsão para conclusão ao final de 2010.

2. VEÍCULOS

O Ministério Público dispunha de uma frota de quarenta e três (43)





automóveis no final de 2007, parte deles destinados à venda em leilão. Foram adquiridos em 2008 nove (09) veículos novos, para substituição de viaturas antigas levadas a leilão, permanecendo com a mesma quantidade, mas renovando sobremaneira a frota, de modo que, com as aquisições dos últimos exercícios, apenas seis (06) veículos têm mais de cinco anos de uso.

Ao final, a frota conta com dezoito (18) veículos executivos, sete (07) veículos administrativos, quatro (04) veículos operacionais (CAO, Perícias e Núcleo de Segurança), três (03) veículos tipo Van, quatro (04) veículos utilitários, um (01) caminhão e seis (06) motocicletas para entrega de notificações.

Assim, conseguiu-se uma renovação de 50% da frota, tendo conseguido ainda um aumento real de 12 veículos nos últimos anos, reduzindo gastos com manutenção e melhorando a segurança, o fluxo e a qualidade dos serviços prestados.

SEÇÃO II - QUADRO DE PESSOAL

1. EFETIVO DO MP

O quadro de membros ativos do Parquet compreende 133 cargos, porém, no momento é composto por 14 (catorze) Procuradores de Justiça e 112 (cento e doze) Promotores de Justiça, totalizando 126 membros, que representam cerca de 75 % do total dos gastos com pessoal da Instituição. Existe previsão para a realização de concurso público para preenchimento dos cargos vagos de Promotor de Justiça em 2009, caso a evolução da Receita corrente Líquida do Estado de Sergipe não seja prejudicada pelos efeitos da crise econômica global que se instalou a partir de outubro de 2008.

O quadro de servidores auxiliares do Ministério Público foi reestruturado através da Lei nº 6450 de 16 de julho de 2008, que também criou novas regras para o regime jurídico dos servidores efetivos.

Foi contratada a Fundação Carlos Chagas para a realização do Concurso Público visando à contratação de novos servidores efetivos para substituir grande parte dos atuais



servidores comissionados e para ampliação do quadro. O Edital de abertura do Concurso já se encontra publicado.

Após a realização do certame, cujo término está previsto para julho de 2009, espera-se um salto qualitativo nos serviços de auxiliares do Ministério Público.

TOTAL DE RECURSOS HUMANOS DO MP

CATEGORIA	EM EXERCÍCIO	VAGOS
MEMBROS DO MP	126	7
SERVIDORES EFETIVOS	66	217
SERVIDORES COMISSONADOS (Sem Vínculo)	141	29
SERVIDORES REQUISITADOS	52	-
SERVIDORES CONVENIADOS	92	-
SUB-TOTAL	477	253
ESTAGIÁRIOS	87	-
TERCEIRIZADOS	42	
TOTAL	606	253

SEÇÃO III - FINANÇAS

1. ORÇAMENTO

O Ministério Público, no aspecto orçamentário, está inserido no âmbito do Poder Executivo, porém goza de autonomia para elaboração de sua proposta, bem como para execução de sua despesa, recebendo, até o dia 20 de cada mês, o duodécimo (1/12) de seu Orçamento Anual aprovado pela Assembléia Legislativa.

Em 2008, o montante orçamentário do MP foi de R\$ 85.160.000,00 (oitenta e cinco milhões, cento e sessenta mil reais). Comparando-se este montante com o total arrecadado pelo Estado, percebe-se que o percentual destinado ao Órgão é relativamente baixo e, quando observado o modo de utilização, percebe-se que mais de 80% deste total é dedicado à despesa com pessoal. Isto tem ocorrido em todos os Ministérios Públicos do país em face do percentual estabelecido pela LRF ser bem inferior ao do Poder Judiciário, mesmo tendo uma quantidade de Membros equivalente à de Magistrados e existir, na prática, paridade de vencimento entre estas



classes. Para fins comparação, foi pesquisada uma série histórica destes fatos no Estado de Sergipe, conforme tabelas comparativas abaixo:

ORÇAMENTÁRIOS

ANO	ORÇAMENTO		%
	ESTADUAL	MP	
2003	2.241.095.330,00	36.443.280,00	1,63
2004	2.602.939.500,00	33.411.100,00	1,28
2005	2.853.518.600,00	52.157.860,00	1,83
2006	3.252.701.130,00	65.000.000,00	2
2007	3.895.564.750,00	84.074.300,00	2,16
2008	4.336.261.661,00	85.160.000,00	1,96
2009	4.544.522.070,00	98.220.000,00	2,16

RECEITA X DESPESA

ANO	RECEITA ESTADUAL	DESPESA DO MP	%
2003	2.099.526.507,00	38.363.986,09	1,83
2004	2.532.054.967,00	48.656.571,20	1,92
2005	3.016.652.435,00	55.316.398,44	1,83
2006	3.420.004.346,00	70.346.194,42	2,06
2007	3.686.045.323,35	66.578.139,32	1,81
2008	3.799.764.115,26	83.741.062,37	2,2

DESPESAS (POR ANO E POR CATEGORIAS)

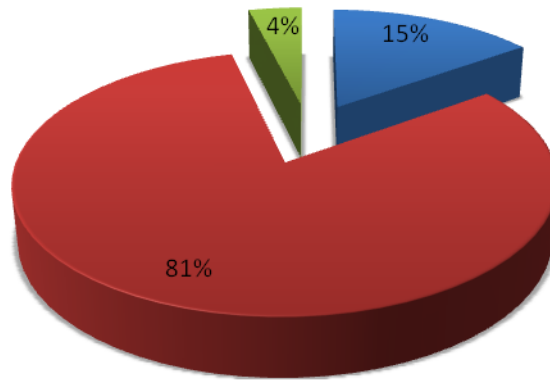
EXERCÍCIO	DESPESAS DO MP	CAPITAL (K)	% - K	PESSOAL (P)	% - P	CUSTEIO (C)	% - C
2003	38.363.986,09	1.127.028,38	2,94	34.477.480,18	89,87	2.759.477,53	7,19
2004	48.656.571,20	425.624,91	0,87	45.362.850,09	93,23	2.868.096,20	5,89
2005	55.318.378,44	544.435,95	0,98	51.648.529,76	93,37	3.123.432,73	5,65
2006	70.346.194,42	464.305,36	0,66	66.374.374,93	94,35	3.507.514,13	4,99
2007	66.578.139,32	1.878.869,21	2,82	60.800.010,06	91,32	3.899.260,05	5,86
2008	83.740.812,37	12.624.045,11	15,08	67.847.570,99	81,02	3.269.446,27	3,9





DESPESAS DO MP EM 2008

■ CAPITAL ■ PESSOAL ■ CUSTEIO



2. RESPONSABILIDADE FISCAL

Os gastos com pessoal têm sido objeto de constante preocupação na quase totalidade dos Ministérios Públicos estaduais no Brasil, nos termos da LRF, tais gastos não podem ultrapassar o limite prudencial de 1,90 % da Receita Corrente Líquida do Estado (RCL). Superado este limite, há um nível de medidas a serem adotadas, e, superado o limite máximo (2%) deve-se iniciar a adoção medidas mais severas que podem chegar até a demissão de servidores ESTÁVEIS, como preconiza o § 3º do art. 169 da CF/88.

Em Sergipe não foi necessária a adoção de medidas tão drásticas e procedeu-se à devolução de servidores requisitados, exoneração de comissionados e corte de gratificações e adicionais.

Desta forma, o percentual de comprometimento que era de 2,31% em 2006, nos termos da metodologia de cálculo preconizada pela Secretaria do Tesouro Nacional, após a implementação da política de contenção de despesas, começou a cair vertiginosamente, baixando para 2,24 % no primeiro quadrimestre de 2007 ; no segundo, caiu para 2,12 % e fechou o ano em 1,90%.





A forte tendência de redução permaneceu, fruto da determinação e compromisso institucional de cumprir os ditames legais, e, no período de apuração do primeiro quadrimestre de 2008 (Maio/07 a abril/08), foi obtido um resultado bastante favorável, publicando-se o Relatório com o percentual de 1,71%, portanto, perfeitamente enquadrado nos ditames legais, assim como o segundo quadrimestre, que fechou em 1,60%.

No terceiro quadrimestre, o percentual de comprometimento da despesa com pessoal fechou o ano com 1,55% da RCL, o que permitiu o início do Concurso Público para contratação de servidores.

Assim, embora o momento seja de tranquilidade, não se pode perder de vista que o limite prudencial de 1,90 % precisa ser mantido, através de uma política de austeridade, responsabilidade e compromisso, planejando a realização de Concursos Público para servidores e até Promotores com extrema cautela para não causar desequilíbrio nas despesas de pessoal, sempre em consonância com a evolução da Receita Corrente Líquida, que, neste momento, é de difícil previsão, face à crise financeira global, que está atingindo todos os segmentos sociais.





CAPÍTULO III - DAS AÇÕES

SEÇÃO I - ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

11

1. PROCURADORIA-GERAL

1.1 PROCURADORA-GERAL E SEU GABINETE ADMINISTRATIVO

O expediente administrativo da Procuradora-Geral consiste na recepção e envio de correspondência, despachos de gestão junto à Secretaria-Geral e às diversas coordenadorias administrativas da PGJ, despachos com a Corregedoria e Coordenadoria-Geral, atendimento ao público, aos membros da Instituição, relações inter-institucionais, visitas, solenidades, etc.

Os setores auxiliares da Procuradoria-Geral são a Secretária e a Assessoria do Gabinete, que recebem, orientam, direcionam pessoas e documentos; auxiliam na elaboração/digitação de feitos e expedientes (Resoluções, Atos, Ofícios, etc), contribuindo na organização das reuniões diversas, sobretudo do Conselho Superior e Colégio de Procuradores, gravando as sessões para elaboração das ATAS e posterior organização e arquivo.

A mensuração do trabalho administrativo da Procuradora-Geral pode ser estimada através da análise dos seguintes dados:

ATIVIDADES	2007	2008
Atendimentos ao público externo e interno, em gabinete	2.465	2.473
Audiências, Solenidades e Reuniões Externas	125	154
Reuniões do Conselho Nacional de Procuradores Gerais	09	11
Correspondência recebida e despachada	2.672	4.560
Ofícios Diversos Expedidos pela Procuradora Geral	260	471
Reuniões do Colégio de Procuradores	28	70
Reuniões do Conselho Superior do MPSE	19	25

1.2 ASSESSORIA DO GABINETE DA PROCURADORA GERAL / NÚCLEO RECURSAL

A Assessoria do Gabinete da Procuradora-Geral encarrega-se dos processos que tramitam perante o Tribunal de Justiça de Sergipe em sua composição plena e Conselho Superior da Magistratura, opina e orienta a chefe da Instituição em



questões técnico-institucionais, atua em alguns procedimentos, como os Conflitos de Atribuições, e participa da elaboração de projetos de resolução de iniciativa da Procuradora-Geral. Além disso, na atual gestão, a Assessoria do Gabinete e o Núcleo Recursal do Ministério Público têm atuado em parceria, na busca de maior produtividade. As questões correlatas aos procedimentos e correspondência com o conselho Nacional do Ministério Público passam pela análise da Assessoria do Gabinete da PGJ.

A seguir, listam-se as principais atividades processuais e extraprocessuais da **assessoria do gabinete/núcleo recursal**, no período compreendido por este relatório, conforme estatística elaborada pelo Cartório da PGJ:

a) PARECERES

1. Tribunal Pleno

NATUREZA DO FEITO	PROCESSOS EM 2007	PROCESSOS EM 2008
MANDADO DE SEGURANÇA	248	241
CONFLITO DE COMPETÊNCIA	62	102
REC. EXTRAORDINÁRIO (STF)	41	0
AGRAVO SUPERIOR INSTÂNCIA	35	0
PRECATÓRIO	23	41
AGRAVO REGIMENTAL	0	2
PEDIDO DE INTERV. ESTADUAL	14	7
PEDIDO DE INTERV. FEDERAL	0	0
QUEIXA CRIME	9	1
RECLAMAÇÃO	0	2
REVISÃO CRIMINAL	9	10
AÇÃO DECLARATÓRIA	0	9
INCIDENTE DE INCONSTITUC.	8	12
REPRESENTAÇÃO	7	3
INQUÉRITO POLICIAL	6	13
SUSPENSÃO DE EXEC. DECISÃO	6	1
DESAFORAMENTO	5	8
EXECUÇÃO DE DECISÃO	5	3
AÇÃO CAUTELAR	4	4
AÇÃO RESCISÓRIA	3	3
EMBARGOS À EXECUÇÃO	3	5
HABEAS DATA	0	1
EMBARGOS INFRINGENTES	2	1
AÇÃO DIVERSA	2	4
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	1	2
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUC.	1	8
UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA	1	2
RECURSOS DIVERSOS	1	0
CORREÇÃO PARCIAL (PLENO)	1	0
RECURSO ADMINISTRATIVO	3	0
AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA	6	1
TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	506	486





2. CÂMARA CÍVEL

NATUREZA DO FEITO	PROCESSOS EM 2008
APELAÇÕES CÍVEIS	45
AGRAVOS DE INSTRUMENTO	29
REEXAME NECESSÁRIO	4
INQUÉRITOS/REPRESENTAÇÃO	24
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	3
CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO	14
TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	105

13

3. CÂMARA CRIMINAL

NATUREZA DO FEITO	PROCESSOS EM 2008
APELAÇÕES CRIMINAIS	218
HABEAS CORPUS	126
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	19
RECURSO DE OFÍCIO	10
INQUÉRITO POLICIAL	22
AÇÃO CAUTELAR	1
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	10
AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA	14
REPRESENTAÇÃO CRIMINAL	1
AGRAVO DE INSTRUMENTO (ECA)	1
PEÇAS INFORMATIVAS	1
AGRAVO CRIMINAL	11
REVISÃO CRIMINAL	3
CORREIÇÃO PARCIAL	2
CARTA TESTEMUNHAL	1
TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	440

4. CÂMARAS REUNIDAS

NATUREZA DO FEITO	PROCESSOS EM 2008
EMBARGOS INFRINGENTES	1
UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA	1
TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	2

b) RECURSOS INTERPOSTOS

RECURSOS DISCRIMINADOS	Total de 2007	2008			
		STF	STJ	TJSE	TOTAL
Recurso Extraordinário	1	11			11
Recurso Especial	20		31		31
Agravo Superior Instância	1	0	3		3
Agravo Regimental	1			1	1
Agravo em Suspensão de Decisão	16			1	1
Embargos Declaratórios	12			16	16
Contra - Razões	1			1	1
Petição em Recurso Especial	-		1		1
TOTAL GERAL	52	8	31	19	65





c) PROCESSOS RECEBIDOS/DEVOLVIDOS

Ano	Processos Recebidos / devolvidos	Média mensal	Média por dias úteis
2007	901	75,08	3,75
2008	1033	86,08	4,13

d) ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

Conclusão do Plano de Cargos e Salários dos Servidores Auxiliares do MP-SE
Projeto de Transformações de Promotorias
Regulamentação do Fundo do Ministério Público
Projeto de Reajuste de Vencimento dos Servidores do MP
Resoluções Diversas do Colégio de Procuradores e Conselho Superior de Procuradores do MP-SE

2. CORREGEDORIA GERAL DA PGJ

A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atribuições funcionais da conduta dos membros do Ministério Público, de modo que suas correições possam contribuir para melhoria do Órgão Ministerial favorecendo atuação dos seus membros, conforme previsão na Lei Complementar nº. 002/90.

Durante o período retro mencionado foram publicados Editais estabelecendo data e horário para realização de Correição Ordinária, visitando todas as Promotorias de Justiça da Capital e das Comarcas de São Cristóvão, Itaporanga D'Ajuda, Laranjeiras, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, Maruim, Riachuelo, Japarutuba, Carmópolis, Cedro de São João, Capela, Propriá Neópolis, Pacatuba, Boquim, Itabaianinha, Cristinápolis, Umbaúba, Arauá, Estância, Tobias Barreto, Poço Verde, Simão Dias, Lagarto, Carira, Frei Paulo, Itabaina, Campo do Brito, N. Sra. da Glória e Ribeirópolis, Aquidabã, N. Sra. das Dores, Poço Redondo, Canindé, Porto da Folha e Gararu.

No total foram realizadas 78 correições onde foram observadas as reclamações recebidas através da Ouvidoria ou efetuada simples visitação de rotina, localizando irregularidades que ensejaram a abertura de dois (02) Processos Administrativos Sum rios/PAS e um (01) Ordinário/PAO, nove (09) Peças de





Informação/PI, dois (02) Pedidos de Providências/PP e um (01) Processo administrativo de Disponibilidade, além de nove (09) Relatórios de Estágio Probatório, todos com seguindo o princípio do devido processo legal e do contraditório e ampla defesa, que resultaram na aplicação de sanções como ADVERTÊNCIA (01), SUSPENSÃO DE 30 DIAS (02) e DISPONIBILIDADE (01).

3. COORDENADORIA GERAL DA PGJ

A Coordenadoria-Geral do Ministério Público é órgão de defesa e proteção do patrimônio público e social, do consumidor, do meio-ambiente, e de outros interesses difusos e coletivos, bem como das fundações, dos acidentados do trabalho, das pessoas portadoras de deficiência, do idoso, da criança e do adolescente.

Nesta qualidade, coordena e supervisiona as atividades do Centro de Apoio Operacional e das Promotorias e Curadorias especializadas, em todo o Estado. Além disso, elabora, anualmente, o programa de trabalho a ser desenvolvido pelas Curadorias especializadas.

Segue o resumo de suas atividades:

Administrativas

- Acompanhamento das Ações Cíveis Públicas e de Improbidade;
- Aperfeiçoamento dos serviços rotineiros;
- Atividades do Centro de Apoio Operacional – CAO e seus 08 (oito) Núcleos de Apoio Operacionais;
- Realização de visitas de inspeção às Promotorias do Interior para acompanhamento das atividades e feitos vinculados à Coordenadoria;
- Gerenciamento do Setor de Perícias, uniformizando o controle de atividades da divisão de engenharia e análise de documentos contábeis;
- Viabilização, juntamente com a Coordenação de Informática e a Escola Superior do MP, de treinamentos para os servidores das Promotorias com intuito de alimentação do Sistema PROEJ;
- Elaboração do Plano Anual 2008





Institucionais

- Realização de diversas Audiências e Reuniões com segmentos da administração pública estadual e municipais, além da própria sociedade, com fito de observar, vistoriar, discutir, etc., e finalmente, encontrar soluções para os diversos problemas sociais. Exemplos de atuação em apoio a Promotorias e Núcleos:

16

▪ Saúde

- Transtornos Mentais → buscando instrumentos aptos a solucionar a situação de pessoas portadoras de transtorno mental, residentes na Grande Aracaju, que perambulam nesta Capital.
- Campanha contra a Dengue → Garantiu projeto para todo o Estado com verba federal na ordem de 12 milhões;
- Contratação de Servidores pela Secretaria de Estado da Saúde;
- Combate à Prostituição e à exploração sexual de crianças e adolescentes
- instaurou Inquérito Civil para fiscalizar ruas, bares, restaurantes e pousadas do bairro Atalaia;
- Supervisionou trabalhos de combate à Pedofilia, apoiando a CPI do Congresso Nacional;
- Apoiou a Promotoria de N. Sra. Da Glória a instaurar Inquérito Civil contra Associação Luz do Sol onde havia indícios de cometimento de pedofilia;

▪ Proteção ao patrimônio público:

- Defesa do Rio São Francisco → convidou o prefeito de Pacatuba para que a referida municipalidade viesse participar do programa de saneamento da CODEVASF,
- Campanha de Vacinação da Febre Aftosa;
- Envidou esforços para garantir a transição dos governos municipais;
- Realização de diversas reuniões com Promotores acerca da situação das escolas da rede estadual de ensino e da acessibilidade por pessoas portadoras de necessidades especiais;
- Firmou TAC onde a Sec. de Comunicação Estadual se compromete a





adequação legal da utilização das Símbolos e Logomarcas do Estado;

- Da Educação, sugeriu aos Promotores tomarem as medidas cabíveis para fazer cumprir a obrigação de inserir a disciplina “História da Cultura Afro-Brasileira” nos currículos do ensino fundamental;
- Atendimento de 4.500 pessoas pelo Setor de Atendimento ao Público, estimulando, assim, a efetiva participação da sociedade para o aperfeiçoamento Institucional;

17

Diagnósticos

- Foram realizadas visitas todas as 36 Promotorias do interior do estado, concluindo o cronograma estabelecido. Nas visitas foram apuradas as demandas das Promotorias e os problemas comuns em cada município relativos à água, esgoto, matadouros, mercados municipais, abate clandestinos, municipalização do trânsito, lixeira, preservação de rios, estrutura de escolas, merendas escolares, etc.;
- Implantação do PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO PROEJ que possibilitaria um acompanhamento do fluxo de atendimento e circulação de documentos na Coordenadoria-Geral e disponibilizar, *on-line*, dos procedimentos e inquéritos civis em cursos, com exceção dos gravados de sigilos; Entretanto, o programa não atingiu o seu objetivo por completo em face ao baixo nível de alimentação dos dados pelas Procuradorias, as quais reclamavam da necessidade de alguns ajustes e de treinamento para seus assessores, tendo sido criada a Comissão para Aprimoramento do PROEJ através da Portaria nº 484/2008 e programado os cursos pela equipe da Coordenação de Informática, culminando com a conclusão dos trabalhos e elaboração do quadro estatístico ao final anexado.





4. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Superior do Ministério Público é órgão deliberativo integrado pelo Procurador-Geral de Justiça, seu Presidente, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, membros natos, e por três (03) Procuradores de Justiça eleitos por integrantes do quadro ativo da carreira do Ministério Público. Reúne-se ordinariamente uma vez por mês, e a maior parte de seu trabalho consiste em apreciar pedidos de promoção e remoção dos membros do MP, as promoções de arquivamento de peças de informação, procedimentos preparatórios e inquéritos civis, apreciar Termos de Ajustamento de Conduta e decidir sobre vitaliciamento dos novos Promotores.

Realizaram-se **25** (vinte e cinco) reuniões do Conselho entre 17/11/2007 até 31/12/2008, nas quais foram distribuídos **440** (quatrocentos e quarenta) processos acerca de Procedimento Administrativos, Inquéritos Civis e Peças de Informação, para fins de apreciação das respectivas promoções de arquivamento, sendo ainda examinados procedimentos disciplinares de sua competência, Promoções e Remoções, tendo sido prolatadas **524** (quinhentos e vinte quatro) decisões.

5. COLÉGIO DE PROCURADORES

O Colégio de Procuradores de Justiça, órgão opinativo e deliberativo da Administração Superior, é integrado pelos Procuradores de Justiça (quatorze) e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça. Reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana e opina sobre matérias de interesse institucional, além de outras atribuições previstas em lei. Entre suas relevantes funções, estão a de aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, elaborada pela Procuradoria-Geral de Justiça, os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares e ainda propor providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais. Pode recomendar ao Corregedor-Geral do Ministério Público a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público e funciona como instância recursal de decisões de outros órgãos.

No período abrangido por este relatório, foram realizadas **70** (setenta) reuniões do Colégio de Procuradores e editadas **11 (onze) resoluções**, entre elas as



que aprovaram: anteprojetos de lei de criação do Fundo Estadual do Ministério Público, da Lei Complementar nº33/2007, que alterou a Lei Complementar nº 02/90, a que regulamentou a concessão de DIÁRIAS e a que aprovou a proposta orçamentária para 2009. O Colégio de Procuradores também atuou como instância revisora das decisões de outros órgãos internos, e discutiu diversos assuntos institucionais.

Os Procuradores de Justiça que compõem o colégio de Procuradores atuaram individualmente nos processos cíveis e criminais que lhes foram distribuídos, conforme **ESTATÍSTICAS ABAIXO** e compareceram às sessões das Câmaras e Pleno do Tribunal de Justiça de Sergipe.

CÂMARA CÍVEL	
TIPOS/PARECERES	QUANTIDADE
APELAÇÕES CÍVEIS	5.348
AGRAVOS DE INSTRUMENTO	1.179
REEXAMES NECESSÁRIOS	163
CONFLITOS DE ATRIBUIÇÕES	014
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	011
INQUÉRITOS	011
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	008
AÇÃO CIVIL ORIGINÁRIA	002
AGRAVO REGIMENTAL	002
EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	002
EMBARGOS INFRINGENTES	001
EXECUÇÃO DE DECISÃO	001
MANDADO DE SEGURANÇA	001
TOTAL GERAL: 6.743	





CÂMARA CRIMINAL	
TIPOS/PARECERES	QUANTIDADE
APELAÇÕES CRIMINAIS	1.158
HABEAS CORPUS	1.022
RECURSO EM SENT. ESTRITO	121
AGRAVO CRIMINAL (LEI DE EXECUÇÃO)	039
INQUÉRITOS POLICIAIS	036
AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA	029
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	27
RECURSO DE OFÍCIO	021
PEÇAS INFORMATIVAS	017
REVISÃO CRIMINAL	7
CORREIÇÃO PARCIAL	005
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	005
AGRAVO DE INSTRUMENTO (ECA)	004
REPRESENTAÇÃO CRIMINAL	004
AÇÃO DIVERSA	002
AÇÃO CAUTELAR	001
CARTA TESTEMUNHAVEL	001
EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	001
INCIDENTE CRIMINAL	001
NOTICIA CRIME	001
TOTAL: 2.502	

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS	
TIPOS/PARECERES	QUANTIDADE
AÇÃO RESCISÓRIA	100
EMBARGOS INFRINGENTES	012
IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA	002
AÇÃO CAUTELAR INCIDENTAL	001
INCIDENTE DE UNIF. DE JURISPRUD.	001
TOTAL GERAL: 116	





TRIBUNAL PLENO	TOTAL
MANDADO DE SEGURANÇA	243
CONFLITO DE COMPETÊNCIA	102
PRECATÓRIO	042
AGRAVO SUPERIOR INSTÂNCIA	029
INQUÉRITOS POLICIAIS	015
REVISÃO CRIMINAL	013
INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE	012
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	010
AÇÃO DECLARATÓRIA	009
DESAFORAMENTO	008
PEDIDO DE INTERVENÇÃO ESTADUAL	007
EMBARGOS À EXECUÇÃO	005
AÇÃO CAUTELAR	004
AÇÃO DIVERSA	004
SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO DE DECISÃO	004
AÇÃO RESCISÓRIA	003
EXECUÇÃO DE DECISÃO	003
REPRESENTAÇÃO	003
AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA	002
AGRAVO REGIMENTAL	002
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	002
EMBARGOS INFRINGENTES	002
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA	002
RECLAMAÇÃO	002
HABEAS DATA	001
QUEIXA CRIME	001
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	001
TOTAL	531

(FONTE: Cartório da PGJ)





6. OUVIDORIA

A Ouvidoria do Ministério Público foi criada pela Lei Complementar nº 128, de 18 de julho de 2006, objetivando contribuir para elevar os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades dos membros e servidores do Ministério Público Estadual.

22

Sua regulamentação se deu em 1º de agosto de 2006, através da Resolução n 004/06 do Colégio de Procuradores. A escolha do Ouvidor se dá por escolha dos seus pares em reunião do Colégio de Procuradores para um mandato de dois (02) anos.

Compete à Ouvidoria receber, examinar e encaminhar sugestões, críticas, representações, reclamações, apreciações, comentários, elogios e pedidos de informações sobre atividades do Ministério Público, buscando a adoção das providências necessárias.

Todas as manifestações recebidas são analisadas e encaminhadas à Coordenadoria-Geral, Corregedoria, Promotorias de Justiça ou à Escola Superior do Ministério Público, bem como a outros órgãos da administração pública, estadual ou federal, conforme o caso, quando se tratar de assuntos alheios à sua competência deste Parquet, sempre dando ciência do encaminhamento ao cidadão interessado.

Durante o período em análise a Ouvidoria registrou um total de 589 correspondências recebidas por *e-mail*, telefone ou pessoalmente, conforme demonstrativo abaixo:





Mês	2007	2008				
		E-mail	Telefone	Pessoalmente	Carta	TOTAL
Nov (após 17)	22	*	*	*	*	*
Dez	23	*	*	*	*	*
Jan	55	*	*	*	*	*
Fev	42	*	*	*	*	*
Mar	49	*	*	*	*	*
Abr	58	*	*	*	*	*
Mai	54	*	*	*	*	*
Jun	44	*	*	*	*	*
Jul	67	*	*	*	*	*
Ago	64	94	0	0	2	96
Set	40	81	0	0	1	82
Out	43	69	0	0	2	71
Nov	28 (até 17)	91	1	0	1	93
Dez		47	1	0	0	48
Total	589	382	2	0	6	390

* Sem informação

7. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL

O Centro de Apoio Operacional é órgão auxiliar das atividades funcionais do Ministério Público, competindo-lhe, entre outras funções, estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuam na mesma área e que tenham atribuições comuns; remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade e ainda estabelecer intercâmbio permanente com entidades, órgãos Públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções.

No período indicado, o CAO desempenhou tais funções, auxiliou o trabalho da Coordenadoria, participando de diversas Reuniões de Trabalho e Audiências Públicas acerca de questões de maior complexidade, em conjunto com as Promotorias Especializadas, envolvendo a UFS, ADEMA, DEAGRO, Corpo de Bombeiros e demais segmentos da sociedade.

Ao final, constam algumas estatísticas, para evidenciar o trabalho do Ministério Público, seja na esfera judicial ou extrajudicial.



8. ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Escola Superior do Ministério Público tem como objetivo aprimorar a capacitação técnico-profissional dos membros e servidores do Ministério Público, e entre suas atividades destacam-se as de promover cursos de vitaliciamento dos Promotores em estágio probatório, cursos de extensão, congressos, seminários e outros eventos científicos, editar publicações e selecionar estagiários acadêmicos de direito para o Ministério Público. Também administra a Biblioteca do Ministério Público.

24

a) EVENTOS REALIZADOS

EVENTO	PALESTRANTES	PERÍODO
Concurso Melhor Arrazoado Forense e Melhor Arrazoado Jurídico (categorias Servidores e Membros) – 2007		Novembro/2007
III Encontro Sergipano de Adoção (6 horas)	- Fernando Freire	10 e 11/12/2007
Seminário de Prevenção e Combate à Violência Contra o Idoso (8 horas)	- Paulo Roberto Barbosa Ramos	10/12/2007
Treinamento de Combate à Pirataria (8 horas)	- Edson L. Vismona, Marcos Trajano, Maristela F. Oliveira, Elter Santos, Dalizio Barros, Alexandre Carvalho, Renato Jardim, Sandro Luiz da Costa	11/02/2008
I Workshop do NUPEVID - “Violência e Desastre em Sergipe” (18 horas)	- Vânia Fonseca, Deijaniro Jonas Filho, Nailson Melo Santos, Eduardo Carlos dos Santos Pereira, Lúcio Monteiro Vasconcelos, René Santos Carvalho e José Elias Pinho de Oliveira	03/04/2008
Reunião do Grupo de Estudo de Direito de Família do MP/SE	- Promotores de Justiça	12/05/2008
Lançamento da Revista nº 21 do Ministério Público de Sergipe	- Carlos Frederico Brito dos Santos	19/05/2008
Semana de Combate à Exploração Sexual da Criança e Adolescente	Coord. Maria Conceição de Figueiredo Rollemberg	19/05/2008
Concurso Melhor Arrazoado Forense e Melhor Arrazoado Jurídico (categorias Servidores e Membros) – 2008		Junho/2008
Palestra Eleições 2008	- Coord. José Elias Pinho de Oliveira - Palestrante: Paulo Guedes Fontes	26/05/2008
Processo Seletivo p/ o Curso de Formação de Instrutores de Habilidades Especiais da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC	- Coord. Adélia Moreira Pessoa	30/05/2008
VIABILIZAÇÃO PARA INÍCIO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU) EM DIREITO DE FAMÍLIA E POLÍTICAS SOCIAIS PARCERIA ENTRE A ESMP/SE E A UFS.	DISCIPLINAS E FACILITADORES: — METODOLOGIA DA PESQUISA – Dra. Maria Helena Santana Cruz (UFS) — INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – Andréa Depieri de A. Reginato (UFS) e Antônio Carvalho da Paixão (UFS) — POLÍTICAS SOCIAIS – Msc Noêmia Lima Silva (UFS) e Msc Orlando Rochadel Moreira (MP-SE) — DIREITOS HUMANOS ÉTICA E CIDADANIA – Msc Carlos Augusto Alcântara Machado (UFS) e Msc Denise Leal Fontes A. Leopoldo (UFS) — O IDOSO E A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – Msc Noêmia Lima Silva (UFS) — MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES – Dra. Marizete Maldonado Vargas (UNIT) — Outros palestrantes convidados	11/novembro/2008 a Outubro/2009
Palestra sobre Interceptação Telefônica	- Maria Pureza Machado (Delegada PC-SE, Chefe da Divisão de Inteligência – DIPOL)	02/06/08
Reunião do Grupo de Estudo de Direito de Família do MP/SE	- Promotores de Justiça	09/06/08
Curso de Direito Eleitoral	- Eduardo Pelella (Procurador da República)	18/08 ; 29/08 e 01/09/2008
Reunião do Grupo de Estudo de Direito Penal – Tema Inovações do Processo Penal no Procedimento do Juri.	- Promotores de Justiça — Alonso Gomes Campos Filho — Edson Alberto Cardoso Carvalho — René Antônio Erba	25/08/2008 e 08/09/2008
Workshop sobre Inclusão e Acessibilidade – Pessoa com Deficiência	- Byron Emanuel de Oliveira Ramos	15/09/08
Lançamento da Revista nº 22 do Ministério Público de Sergipe		16/12/08





b) ACERVO

INCORPORAÇÃO:

- 75 Doações de livros por Procuradores de Justiça do MP/SE
- 04 Doações de livros pela Editora Impetus
- 30 Doações de livros pelo Senado Federal, Ministérios Públicos, Autores, Superior Tribunal de Justiça, Ministério da Justiça e Ministério da Saúde;
- 38 CDs, 10 DVDs, e 148 Volumes de periódicos doados por Órgãos Públicos;
- 07 volumes da Assinatura de periódico Revista Brasileira de Direito de Família e Sucessões;
- 09 CDs da Assinatura da Juris Síntese IOB
- 206 livros adquiridos pela PGJ para Biblioteca da ESMP

25

ACERVO ATUALIZADO

- **115** CDs
- **19** DVDs
- **60** Fitas de Vídeo
- **134** Títulos de Periódicos
- **2.403** Títulos de Livros

VISITAS e CONSULTAS

- **120** visitas para pesquisas e consultas

EMPRÉSTIMO DE LIVROS

- **2.166** Empréstimos





9. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

As Promotorias de Justiça são órgãos de execução do Ministério Público, cujas atribuições são exercidas por Promotores de Justiça, os quais desempenham as funções institucionais do Ministério Público no âmbito judicial e extrajudicial.

26

No Ministério Público de Sergipe, há 119 cargos de Promotores de Justiça, sendo 48 com atuação na capital (entrância especial), 65 com atuação no interior (1ª, 2ª entrâncias e substitutos), permanecendo 08 cargos vagos.

As Promotorias de Justiça possuem atribuições exclusivas ou cumulativas em diversas searas afetas ao Ministério Público, podendo ser citadas: área criminal, do Patrimônio Público, Social e Cultural, da Fazenda Pública, da Infância e da Adolescência, da Família e das Sucessões, da Defesa dos Idosos, dos Portadores de Deficiência e dos Direitos Humanos, de Defesa do Consumidor, de Defesa dos Direitos da Saúde e da Educação, do Controle Externo da Atividade Policial, de Defesa do Meio ambiente e do Urbanismo, da fiscalização de Fundações e de entidades do 3º Setor, da Cidadania, dos Serviços de Relevância Pública, etc.

As atuações dos Promotores de Justiça na defesa judicial e extrajudicial dos interesses coletivos estão discriminadas nos anexos.

9.1. PROJETOS INSTITUCIONAIS

9.1.1. Stand do Ministério Público no “Sergipe de Todos”

O Estado de Sergipe vem promovendo um projeto de descentralização das atividades estatais, onde a sede da administração é “transferida” para para um município do interior com intuito de levar as ações do governo à comunidade, aproximando-se da população para realizar o atendimento na sua localidade, bem como, difundir as políticas em desenvolvimento e coleta de informações preciosas para o planejamento estratégico.

O Ministério Público, ciente da importância da aproximação com a sociedade, aproveitou a oportunidade para ouvir os reclamos da população, montando um “stand” em alguns eventos desta natureza, realizando uma pesquisa social das



principais demandas da localidade quanto à: Segurança Pública (consumo de drogas, prostituição, abuso sexual, trânsito, criminalidade, etc); Saneamento Básico (Esgotamento sanitário, lixo, abastecimento de água, etc); Infra-Estrutura (Conservação de estradas, iluminação, Moradia, Posto telefônico, de áreas de lazer,



etc); Saúde (Atendimento médico, Vigilância sanitária, etc); Educação (Transporte escolar, merenda, estrutura das escolas, qualidade do ensino, etc); Criança e Adolescente; Meio Ambiente; Desemprego e Idosos.

Nos dias 06 e 07 de junho, o projeto foi montado na cidade de Simão Dias e o Ministério Público esteve presente, realizando o atendimento de 267 pessoas, sendo realizados pelo Promotor de Justiça ou pela equipe técnica do Parquet, prestando-lhes informações, orientações e os encaminhamentos cabíveis.

Em Itabaiana foram 341 atendimentos, sendo também realizada uma consulta popular para consolidação de um quadro estatístico com as demandas e necessidades da comunidade visitada para orientação da atuação promotorial.

O mais recente foi em Ribeirópolis (04/07/2008), onde foram atendidas





194 pessoas e, segundo o quadro estatístico, os principais problemas da comunidade são: Segurança Pública, Infra-Estrutura, Saúde e Saneamento Básico.

9.1.2. Paternidade Responsável

28

O Projeto “Paternidade Responsável”, foi implantado pelo Ministério Público de Sergipe em setembro de 2004, e tem como finalidade proporcionar às crianças e aos adolescentes o formal reconhecimento da paternidade, mediante a inclusão dos dados do genitor no registro de nascimento dos recém-nascidos, crianças, adolescentes e, eventualmente, adultos, e conseqüentemente, viabilizar o cumprimento de todos os deveres decorrentes da paternidade, permitindo, inclusive, nos casos em que se faz necessário, a celebração do acordo de alimentos em favor do menor, inserindo-o na sociedade de acordo com seus paradigmas e atendendo às suas necessidades básicas.

A Promotoria dos Direitos do Cidadão e Serviços de Relevância Pública busca através do Termo de Cooperação Técnica e Financeira, contribuir para superar ou minimizar parte dos dramas sociais e econômicos vividos pelas crianças e adolescentes carentes do Estado de Sergipe, estudantes ou não de escolas da rede pública de ensino, que não possuam seus direitos de cidadania assegurados, por meio da identidade civil completa, bem como um auxílio de seu próprio genitor, já que este possui obrigações como provedor parcial do sustento dessa.

O Projeto Paternidade Responsável, desde o ano de 2007, vem celebrando acordos com a Secretaria do Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social, pelo qual esta se compromete a patrocinar exames de DNA aos contemplados hipossuficientes, sem qualquer ônus para estes e para o Ministério público do Estado de Sergipe.

Desde quando foi lançado pelo MPE, em 2004, o Projeto já atendeu 2.307 famílias, tendo, até o presente momento, realizado 679 exames de DNA com determinação ou negativa de paternidade, dos quais 123 ocorreram no exercício de 2008.

Objetivos específicos:

1-Identificar ou excluir vínculo genético de paternidade através do





referido exame de DNA;

2-Evitar o abarrotamento do judiciário com novas Ações de Investigação de Paternidade, que poderiam ser dispensadas com o reconhecimento extrajudicial da paternidade;

3-Dinamizar e proporcionar uma solução mais rápida para a questão da identificação paterna, viabilizando ainda a celebração de acordos para o pagamento de pensão alimentícia, nos casos necessários.

9.1.3. CENSO ESCOLAR

O Censo Educacional faz parte do Programa de Atendimento Integral às Escolas (PAIE), criado pelo Núcleo dos Direitos à Educação do MPE em 1998, iniciando pelo Bairro Augusto Franco, zona sul da capital sergipana. Nestes dez anos de realização do censo, já foram mais de 100 mil famílias entrevistadas, catalogando todas as unidades de moradia numa determinada região previamente escolhida. Ao todo, foram 23 bairros visitados e mais 06 municípios interioranos, tendo encontrado um total de 20 mil crianças fora da escola, as quais são relacionadas para o devido acompanhamento pela Secretaria de Estado da Educação e pelos Conselhos Tutelares.

O seu objetivo do Censo é detectar as crianças/adolescentes em idade escolar que se encontrem fora da sala de aula e as razões que levaram a tais circunstâncias, objetivando planejamento estratégico para resgatá-los e assegurar sua inclusão escolar.

Durante as entrevistas também é possível descobrir as condições sócio-econômicas da região, tais como a falta de registro de nascimento, de vacinação, de inclusão nos programas sociais, etc.; além de identificar os problemas de saúde (física e mental), de saneamento básico e meio ambiente, orientando a população na resolução desses problemas.

Na fase Pós-Censo, os pais ou responsáveis pelas crianças/adolescentes (alunos excluídos) se comprometem a realizar a pré-matrícula dos mesmos e, caso os alunos venham a se ausentar da sala de aula, os responsáveis serão avisados pelo Conselho Tutelar para tomada de providências.





Foram os resultados obtidos pelo Censo Educacional que garantiram a edificação do Centro Educacional Vitória de Santa Maria, construído para absorver a demanda de mais de 2 mil crianças e jovens que se encontravam fora das salas de aula no Bairro Santa Maria, inaugurado em 28/03/2008

Da mesma forma, o Censo Educacional realizado no Bairro Coqueiral está dando origem ao Centro Educacional Vitória da Sagrada Família, que está em fase de planejamento, mas já tem área destinada para a construção. O procedimento inicial de desapropriação necessitará de um laudo expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da ADEMA, transcorrendo tudo de forma amigável.



Em 31 de outubro, foi realizada a Segunda Etapa do Censo Educacional no Município de Nossa Senhora do Socorro, que contou com mais de 1.600 alunos voluntários, os quais visitaram 18 mil residências na Piabeta; nos conjuntos Marcos Freire I, II e III; Novo Horizonte, Taiçoca de Dentro e de Fora.



9.1.4. Campanha: “O que você tem a ver com a corrupção (Corrigir)”

Ganhadora do Prêmio Inovare, a campanha tem como propósito levar a sociedade a perceber que todos os cidadãos têm muito a ver com a corrupção, e sentir



a necessidade de modificar hábitos adquiridos, que caracterizam o famoso “jeitinho brasileiro”. Fazê-lo ainda na infância é a melhor forma de educar as novas gerações, a fim de moldar o seu caráter para que construam um país livre dessa prática, além de incentivar as denúncias populares, como forma de combater a impunidade.

Lançada nacionalmente em 2004 pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, a campanha recebeu apoio de integrantes do poder público, entidades de classe e diversos segmentos da sociedade, devido à força e relevância do seu propósito. O lançamento estadual da campanha em sergipe foi marcado pela sinergia dos diversos agentes que realizaram o evento, e pela energia positiva gerada do encontro entre 200 alunos, representantes do poder público e artistas da terra. Todos, em ato simbólico, vestiram a camisa contra a corrupção.

A campanha conta com a parceria do Banco do Brasil, da Federação do Comércio do Estado de Sergipe e da TV Sergipe, e, após ter sido lançada em Nossa Senhora do Socorro, continuará a ser difundida por todo o Estado, passando pelos pólos regionais de Estância, Itabaiana, Lagarto e Nossa Senhora da Glória.



SEÇÃO II - ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

1. SECRETARIA-GERAL DA PGJ

Compete à Secretaria-Geral a supervisão dos serviços administrativos do Ministério Público. No período abordado no relatório, destacaram-se as atividades seguintes:

32

c) NORMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVO/OPERACIONAIS

- Implantação de rotinas administrativas entre a Secretaria-Geral e as Coordenadorias de Administração, de Informática, de Recursos Humanos e de Finanças;

d) ORGANIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVO/OPERACIONAIS

- Elaboração e divulgação da escala de férias com 05 (cinco) meses de antecedência;
- Regularização das férias de todos os Promotores (as) de Justiça evitando à prescrição;
- Divulgação da escala anual de plantões, inclusive dias úteis, com distribuição equitativa entre todos os promotores (as) de Justiça, realizando contatos para relembrar o compromisso;
- Comunicação das designações eleitorais à Procuradoria da República até o dia 30 de cada mês;
- Organização dos arquivos do Conselho Superior do MP;
- Encadernação de processos de remoção e promoção, atas e editais do Conselho Superior do MP;
- Aprimoramento do formulário específico de solicitações via internet ao Almoxarifado;
- Montagem de Comissão para revisão do Plano de Cargos e Salários;
- Disponibilização trimestral para cada unidade dos seus gastos com materiais, para análise e/ou ajustes; Limitação dos gastos com telefone;





- Implantação de mecanismos rigorosos relativos ao controle de ponto dos servidores e da permanência destes nos postos de trabalho;
- Padronização da nomenclatura das Unidades do Ministério Público;
- Adoção de critérios de antiguidade na Comarca, para substituições nas cidades com mais de uma Promotoria de Justiça que possuem gratificação eleitoral;
- Implementação das atividades da Comissão de Controle Interno, analisando procedimentos administrativos e monitorando o Almoxarifado, sobretudo com gastos com copa/cozinha, veículos, papel, cartuchos, combustíveis, etc;
- Apoio na aquisição e distribuição dos móveis e equipamentos de informática às Promotorias e setores administrativos;
- Participação no processo de realização do plano de cargos e salários, na seleção de estagiários e na realização do primeiro concursos público para contratação de servidores auxiliares do MP-SE;
- Auxílio na regularização das gratificações estabelecidas pela nova lei de fixação do efetivo;
- Auxílio nas atividades para contratação da empresa que construirá a nova sede do MP-SE;
- Otimização da frota de veículos para atendimento das demandas emergentes, disponibilizando veículos exclusivos do Núcleo de Segurança Pública, das Curadorias e do Setor de Engenharia e Perícia;
- Reestruturação do Setor de Comunicação, contratando jornalista e alocando equipamentos necessários para viabilizar:
 - Acomodação dos servidores e comunicação interna e com os meios de comunicação;
 - Atualização diária da página eletrônica do MP;
 - Envio da pauta de audiências do MP para os órgãos de imprensa;
 - Assessoramento às Promotorias por ocasião de entrevistas coletivas;

e) MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Otimização da sala de treinamentos de informática para viabilização dos cursos para os servidores;
- Otimização dos formulários de informações de atividades dos Promotores em Plantões judiciais, com encaminhamento à Corregedoria via internet;





- Implementação do serviço de “Protocolo Rápido” em que os Promotores (as) entregam seus processos sem precisar descer do carro;
- Fomento à utilização dos e-mails oficiais entre todas as unidades do Ministério Público, proporcionando economia de gastos com SEDEX e AR;
- Ampliação do plano corporativo de telefonia celular em que os membros do MP e as Unidades do MP podem se comunicar entre si sem nenhum custo;
- Otimização dos serviços do Setor de Comunicações e Eventos, permitindo aos interessados solicitarem serviços pela internet;
- Divulgação via e-mail de todos os atos (pauta, atas, editais, etc.);

1.1. COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO

A Comissão de Controle Interno tem por finalidade auxiliar no desenvolvimento institucional através da fiscalização/auditoria dos atos administrativos de natureza orçamentária, financeira e/ou contábil praticados no âmbito do Ministério Público Estadual.

No período, acompanhou os gastos com telefonia (móvel e fixa) e despesas de oficina e combustível com a frota de veículos da PGJ e, com a finalidade de mensurar os gastos por gêneros e por setor, elaborou mapas de acompanhamento mensal das despesas do Órgão através da observação das REQUISIÇÕES AO ALMOXARIFADO referente à Material de Copa e cozinha, Cartuchos de Impressora, Papel A-4 e ofício 2.

A partir de agosto/07 passou a emitir parecer acerca de todos os procedimentos para contratação de serviços e aquisições, sejam por licitação ou dispensa, analisando minuciosamente os Processos de Licitação e de Pagamentos, servindo como mais um mecanismo de controle, que legitima a atuação da equipe gestora.





Foram analisados até a presente data:

Procedimentos Licitatório	33	Processos de Suprimentos de Fundos	12
Cartas Convites	24	Adiantamentos	6
Pregões Presenciais	6	Prestação de Contas	6
Pregões Eletrônicos	3		
		Processos de pagamentos normais	878
Contratos	00		

Alem destes processos a Comissão de Controle Interno também observa os dados referentes ao Almoxarifado (Copa/Cozinha, Cartuchos e Papel), Garagem (Oficinas e Combustível) e Telefonia (fixa e móvel) elaborando relatórios com estatísticas mensais para avaliação da Administração Superior do Órgão, conforme anexos.

Preservando ainda suas atribuições precípuas, a Comissão de Controle Interno, analisa a Prestação de Contas do gestor do Ministério Público, realizada anualmente, mas que pode ser também por período fracionado, por ocasião da mudança do Ordenador de Despesa, segundo o cronograma legal.

O Parecer da Comissão no Processo de Prestação de Contas (anual ou fracionada) acompanha-o para apreciação do Colégio de Procuradores e, sendo aprovado, o processo completo segue para o Tribunal de Contas Estadual.





2. COORDENAÇÕES

2.1. COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Sua missão consiste em viabilizar os demais setores, executando várias tarefas, como coordenar o setor de transportes, atender as necessidades das Promotorias, coordenar a equipe de manutenção, garagem, comunicações, reprografia, limpeza e outros serviços. Administra o suprimento de fundos e supervisiona os setores de compras (comissão de licitações), patrimônio e almoxarifado.

2.2. COORDENAÇÃO FINANCEIRA

Compete à Coordenação Financeira a execução orçamentária e contabilidade do Ministério Público, sempre em observância às normas administrativas, para emitir Notas de Empenho e Ordens de Saque visando concretizar os pagamentos segundo suas características, após autorização da Procuradora-Geral e análise pela Comissão de Controle Interno.

Tais pagamentos envolvem todas despesas realizadas pelo órgão, seja com pessoal, equipamentos, serviços, materiais, etc..

Elabora ainda os Balancetes Mensais e Prestações de Contas, seja anual ou do gestor quando o encerramento desta não coincide com o ano civil.

2.3. COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

A Coordenação e Divisão Especial de Recursos Humanos da PGJ/MP é responsável pela gestão de pessoal do Ministério Público Estadual, ou seja, toda movimentação de transferência, nomeação, aposentadoria, etc. além de acompanhamento de frequência e, sobretudo, pela elaboração da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos do MP-SE.

O CRH é Também responsável pela guarda de todas as informações funcionais dos servidores e membros, nos respectivos prontuários.





A Coordenação e Divisão Especial de Recursos Humanos da PGJ/MP, durante o período, além das atividades obrigatórias, desenvolveu outras atribuições especiais consideradas relevantes no auxílio à Gestão deste órgão Ministerial, como abaixo discriminamos:

- **Em relação a Folha de Pagamento de Membros e Servidores Inativos da PGJ/MP e vinculação com o SERGIPEPREVIDÊNCIA**
 - Elaboração mensal da Folha de Pagamento de Membros e Servidores Inativos, cabendo ao **SERGIPEPREVIDÊNCIA**, o empenho das despesas e pagamento da mesma;
 - Consignação na Folha de Pagamento da **PGJ/MP-SERGIPEPREVIDÊNCIA** mensalidades da **UNIMED** dos Membros e Servidores Inativos usuários;

- **Em relação a Folha de Pagamento de Membros e Servidores Ativos e Inativos da PGJ/MP e a vinculação com o MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL em relação à Previdência Estadual**
 - Preenchimento da Planilha de Custos do RPPS/SE, de Membros e Servidores Ativos e Inativos e envio mensal ao **Ministério da Previdência Social/SERGIPEPREVIDÊNCIA**;
 - Atualização do Cálculo Atuarial;
 - Atualização do Custo da Folha de Pagamento dos Membros e Servidores Ativos e Inativos do Ministério Público de Sergipe (Estimativa de **março a dezembro/2007**, com valores referente ao 13º salário/Gratificação Natalina), bem como, do **exercício de 2008**;

- **Em relação a Folha de Pagamento de Membros e Servidores Ativos e Inativos da PGJ/MP**
 - Previsão do custo do reajuste de **5% (cinco por cento)** de subsídios de Membros Ativos e Inativos do MP/SE, em decorrência de **Lei nº 6.008/06**, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2007, incluso o pagamento a partir de **março/08** através de **Folha Suplementar (Ativos e Inativos)**;
 - **SISAP**: De **2006 a 2008**, foram atualizadas todas as informações de pessoal ativo e inativo e estagiários da PGJ/MP, objetivando viabilizar a nova versão desse sistema;
 - Reequadramento dos Servidores à disposição, **com ônus para a PGJ/MP**, para efeito de concessão da **Gratificação Especial de Atividade Funcional**, em decorrência da **Lei Complementar nº 151/08**;





NOVA VERSÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO:

- Foi implantada a Nova Versão da Folha de Pagamento de Membros e Servidores, Ativos e Inativos, e Estagiários da PGJ/MP, em tempo recorde de 10 (dez) dias, revisando os relatórios para verificar a correta operacionalização do sistema evitando inconsistências nos dados originários.

EM RELAÇÃO A DIREITOS E VANTAGENS DE MEMBROS E SERVIDORES, ATIVOS E INATIVOS, DA PGJ/MP

Devolução e Restituição do FUNASERP/SE;

- Em cumprimento a **Lei nº 6.145/07**, de 04 de junho de 2007, foi disponibilizado para os Membros e Servidores, Ativos e Inativos, ex-Membros e ex-Servidores à disposição, do Ministério Público do Estado de Sergipe, todo material pertinente à matéria: **NOTA EXPLICATIVA, TERMO DE ADESÃO, RECIBO, REQUERIMENTOS E CROGRAMA DE PAGAMENTO**.
- Foi encaminhado ao SERGIPEPREVIDÊNCIA, previsão das Folhas de Pagamento referente à restituição do FUNASERP/SE, para quem Aderiu e Não aderiu aos 50%, de acordo com o Calendário e Faixas de Pagamento estabelecido pela Lei nº 6.145/07.
- Foram elaboradas as Folhas Extras de Pagamento de Membros e Servidores, Ativos e Inativos, ex-Membros e ex-Servidores à disposição, do Ministério Público do Estado de Sergipe, com faixa entre R\$ 501,01 (quinhentos e um reais e um centavo) até R\$ 800,00 (oitocentos reais) **pagas em junho/08** e ainda com faixa de pagamento entre R\$ 801,00 (Oitocentos e um reais) a R\$ 1.000,00 (mil reais) **encaminhadas ao IPESPREVIDÊNCIA para pagamento**.

DEVOLUÇÃO DA INCIDÊNCIA DO 1/3 DE FÉRIAS, TRIBUTADO INDEVIDAMENTE PARA O IPES, JUNTAMENTE COM INCIDÊNCIA SOBRE AS COMISSÕES REMUNERADAS;

- Foram elaborados estudos das contribuições previdenciárias referente a 1/3 de férias, tributado indevidamente para o IPES, juntamente com incidência sobre as comissões remuneradas, e encaminhados juntamente com as Associações de Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe, ao SERGIPEPREVIDÊNCIA.
- Acatando decisão governamental a PGJ/MP elaborou **Folhas Extras de Pagamento de Membros e Servidores Ativos e Inativos e de ex-Membros e ex-Servidores à**



disposição, do Ministério Público do Estado de Sergipe, e as contribuições acima mencionadas foram devolvidas em **03 (três) parcelas (março, abril e maio/08)** de acordo com cronograma estabelecido pelo **SERGIPEPREVIDÊNCIA**.

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

39

- Participação na elaboração de Projeto de Lei, incluindo benefício a servidores efetivos e estabelecendo quantidade de cargos de provimento efetivo e comissionado, devidamente aprovado pelo Colégio de Procuradores do Ministério Público e encaminhado a Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe onde foi aprovada, e aguarda publicação no Diário Oficial, o objetivo da nova Lei é a realização do primeiro Concurso Público do Ministério Público, para preenchimento de 100 (cem) vagas do cargo de Nível Médio de Técnico do Ministério Público e 115 (cento e quinze) vagas para o cargo de Nível Superior de Analista do Ministério Público, sendo 108 (cento e oito) na Área de Ciências Sociais e Aplicada, 04 (quatro) na Área de Ciências Exatas e Tecnologia e 03 (três) na Área de Ciências Biológicas e da Saúde.
- Advento da Lei nº 6.450/08, que reestrutura o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe.

REESTRUTURAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DOS SERVIÇOS AUXILIARES DA PGJ/MP, EM DECORRÊNCIA DA LEI 6.450/08

- Adaptação do Sistema de Folha de Pagamento ao novo Plano de Cargos e Salários da PGJ/MP;
- Atualização dos Quadros e Tabelas de Controle de Pessoal;
- Enquadramento dos Servidores Efetivos (Ativos e Inativos) e Requisitados;
- Elaboração das Portarias de Concessão de Gratificação Especial Operacional de Servidores Efetivos, Requisitados e Conveniados;
- Elaboração de Atos de Exonerações e Nomeações dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança;
- Atualização de Incorporações





PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

- Encontra-se elaborado o Programa de Avaliação de Desempenho dos Servidores dos Serviços Auxiliares da PGJ/MP, aguardando a publicação do novo plano de cargos e salários e decisão superior para início do processo.

APROVEITAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

40

- Da análise mensal dos perfis, servidores e estagiários da PGJ/MP, foram relatados objetivando um melhor desempenho no exercício de suas funções, preenchendo desta forma as unidades com carência de pessoal e eliminando despesas desnecessárias.
- Além destas medidas, também foram supridas unidades com a admissão de servidores e estagiários;
- Aperfeiçoamento de Servidores através de cursos realizados em parceria com a Escola de Gestão Governamental do Estado de Sergipe e outros órgão do poder público, e com recursos próprios do Ministério Público, tais como: GFIP realizado com Técnicos do CRH/DERH no Rio de Janeiro e Aracaju, SISAP realizados com Técnicos das Coordenações Financeira e Recursos Humanos, Atualização da Língua Portuguesa realizados por servidores de diversas áreas.

ESCALA DE FÉRIAS DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

- Reformulação e desmembramento setorizado de Escala de Férias dos Servidores do Ministério Público, e encaminhamento a todas as unidades de lotação correspondentes, para conhecimento e estabelecimento do período de gozo de férias de cada servidor.
- Elaboração das novas Escalas de Férias referente ao exercício 2008 e concretizadas até janeiro/09;
- Divulgação constante da normalização, através da Portaria nº 1.574/06, de 19 de dezembro de 2006.

NORMATIZAÇÃO DE FREQUÊNCIA DE SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS DA PGJ/MP

- Manutenção dos Sistemas de Controle de Frequência de Servidores, que não estão lotados na Sede da PGJ/MP, e dos Estagiários de Direito;
- Divulgação da normatização através da Portaria nº 1.540/08, de 16 de setembro de 2008, Servidores da Sede da PGJ/MP, e da Portaria nº 369/07,



de 26 de fevereiro de 2007, e 736/07, de 07 de maio de 2007, Servidores do Fórum Gumersindo Bessa;

- Divulgação constante da normalização, através da Portaria nº 1.574/06, de 19 de dezembro de 2006;

ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR (DIREITO E OUTROS CURSOS)

41

- Levantamento, em caráter de urgência, juntamente com a Assessoria Jurídica e RH's da PGE e SEAD, das necessidades do MP para Seleção de Estagiário Acadêmico de Direito e de outros cursos, adaptando os convênios e termo de compromissos à nova Legislação Federal.
- A Seleção para Estagiário Acadêmico de Direito e outras Graduações continua sendo realizada pela Escola Superior do Ministério Público, objetivando o preenchimento de vagas para suprir as necessidades das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior do Estado de Sergipe.
- Os estagiários foram devidamente cadastrados, lotados e celebrados os convênios, termo de compromissos, contratos e seguros de vida de todos;
- Seleção de Estagiários de Nível Médio continua sendo realizada via escolas públicas, escolhendo os melhores alunos, comprovados através do boletim de notas, objetivando fortalecer o ensino público e oportunizar a bolsa para os melhores alunos dessa rede de ensino.
- Renovação do Seguro, objetivando atender a Legislação em vigor foi viabilizada a renovação do Contrato de Seguro de Vida de todos os estagiários e mensalmente são encaminhados a relação de exclusão e inclusão de novos estagiários.
- Os estagiários recebem orientações iniciais de normas e procedimentos e constantemente são instruídos pela Coordenação de Recursos Humanos.

2.4 - COORDENAÇÃO DE INFORMÁTICA

É responsável por todos os serviços de informática do MP, incluindo análise de sistemas, programação, administração da rede interna e *webmaster*, elaboração de programas e manutenção dos equipamentos. Participa da Comissão de Modernização Tecnológica do MP e das reuniões da Comissão de Tecnologia da Informática do Conselho Nacional de Procuradores Gerais.





A Coordenação de Informática apoiou a Comissão de Licitação auxiliando a implantação do Pregão Eletrônico e na realização dos pregões.

Este setor registrou os seguintes avanços e atividades:

a) Ampliação e renovação dos equipamentos das Promotorias e gabinetes dos Procuradores de Justiça, além dos setores administrativos e do suporte na Coordenação de Informática

42

- Foram adquiridos servidores tipo “BLADE” e unidades de armazenamento tipo “STORAGE”, que são a mais recente tecnologia em gerenciamento de arquivos e bancos de dados, conferindo agilidade e segurança no tráfego e armazenamento de informações no âmbito do Ministério Público;
- Foi instalada uma Unidade Robotizada de Backup para confecção de cópias de seguranças automaticamente, evitando perda de informações e transferindo para ambiente seguro informações mais antigas;
- Foram adquiridos e instalados novos computadores com scanners e impressoras laser, que permitirão inclusive, a compatibilidade com os novos recursos necessários ao funcionamento dos sistemas de processos virtuais do Poder Judiciário;
- Foram adquiridos ainda 126 notebooks dotando os Membros do Ministério Público de equipamento portátil, conferindo-lhes mobilidade e agilidade para execução de suas tarefas.

b) Atualização dos recursos essenciais ao bom funcionamento de nossa rede.

- Com o processo de virtualização de máquinas, estamos conseguindo otimizar os recursos existentes, aproveitando ao máximo capacidade de armazenamento e processamento dos nossos servidores.

c) Ampliação do número de pontos de rede em áreas do TJ e em Sedes Próprias.

- Com a aquisição de switches e outros equipamentos, aumentamos o número de conexões possíveis na rede do Tribunal de Justiça.
- Expansão dos pontos de rede utilizando switch nas Promotorias do Interior;

d) Regularização e atualização dos softwares licenciados.

- Dando continuidade a nossa política de atualização e utilização apenas de softwares registrados, renovamos as 200 licenças do symantec antivirus e



inserimos no processo de compra dos novos microcomputadores a licença OEM do sistema operacional Windows Vista, bem como, instalamos em todos os equipamentos a suite de escritório gratuita “BR Office”.

e) Departamento de Manutenção e Suporte

- De grande importância, o departamento de suporte e manutenção, tem conseguido de forma otimizada atender ao parque tecnológico de mais de 500 máquinas com apenas 4 funcionários como podemos observar pelas estatísticas abaixo:

ITEM	ATENDIMENTOS	2007	2008
01	Com viagens ao interior	311	363
02	Na capital	477	591
03	Por telefone	2.250	3.200
TOTAL		3.038	4.154

a) Centro de Treinamento e Atualização dos Conhecimentos de Informática

- O Ministério Público de Sergipe foi dotado de um moderno laboratório de informática contando com 14 equipamentos, onde podemos realizar cursos sob medida para os nossos usuários e técnicos, aumentando assim a eficiência dos sistemas desenvolvidos e a otimização dos recursos de informática. Todos os cursos e materiais utilizados nos mesmos, (Apostilhas, transparências e etc.) são produzidos na própria Coordenação de Informática.

b) Projetos e Serviços envolvendo Identidade Gráfica

- Para o Portal da Internet – 115 solicitações e publicações
- Para o Portal da ESMP – 100 solicitações e publicações
- Criação de layout para:
 - Camisetas do evento “Ciranda de Luz” do NAIA;
 - Camisetas do evento “O que você tem a ver com a corrupção”
 - Troféu “Melhor Arrazoado Jurídico” e “Melhor Arrazoado Forense”

c) Desenvolvimento de novos sistemas para atividade fim do MP/SE:

- Migração das Aplicações Legadas (*asp*), que oferecem baixo nível de segurança para o novo padrão DOT.NET, oferecendo estabilidade e segurança aos sistemas vinculados à intranet do MP, tais como: Escalas de Plantões,



Licitações, Pautas de Audiências, Guia Telefônico, Xpublish (sistema de acesso às notícias), PROEJ, APEP e o Cadastro de Abridados.

- Uma das áreas de trabalho mais intenso neste período foi a de desenvolvimento, pois foram criadas soluções próprias de software para informatização da área fim, eliminando o aprisionamento com empresas terceirizadas e fornecendo total flexibilidade ao Órgão no tratamento de suas informações críticas, os principais avanços a nível de sistemas serão descritos a seguir:

- Reformulação do Sistema de Controle dos processos extrajudiciais do MP (PROEJ);
- Elaboração de nova versão do Sistema informatizado de acompanhamento Processual do 2º Grau, onde se disponibilizará todos os pareceres na íntegra com possibilidade de consultas via WEB, incorporando automaticamente a distribuição eletrônica de processos com verificação de impedimentos;
- Desenvolvimento do SIDIS - Sistema de Distribuição de imagem de Segurança para controle de acesso as pessoas que desejam conversar com os membros do MP.
- Desenvolvimento do APEP - Sistemas de Apuração Estatísticas das Promotorias, com formulários eletrônicos para registro de informações relacionadas as atividades funcionais do MP para envio ao Conselho Nacional do Ministério Público;
- Sistema “Cadastro de Abrigos” - Sistema informatizado de registros de abrigos e abrigados do Estado. Utilizado pelo Núcleo de Apoio a Infância e Adolescentes (NAIA),
- Sistema “Mala WEB” - Responsável pelo envio de email em lotes, visa a divulgação de eventos e outros comunicados de relevância institucional;
- Sistema de Inscrições On-Line” - Sistema desenvolvido para a Escola Superior do Ministério Público que tem a função de permitir o cadastro das inscrições dos eventos gerenciados pela ESMP via WEB de forma on-line com emissão de boleto para pagamento bancário dos custos de inscrição;
- Sistema de Controle de Transportes” - Responsável pelo controle de todas as atividades relacionadas a frota de veículos do MPSE;
- Desenvolvimento do “Conei” - Sistema de Controle dos equipamentos de informática, Implementação, neste período, de rotina com o uso de criptografia simétrica do tipo Rijndael para



guardar de forma segura senhas das máquinas. (finalizado).

- Implementação de Certificado de Segurança com criptografia de 128 bits na intranet do MP, possibilitando estudos sobre a disponibilização de documentos restritos aos servidores, tais como: certidões, contra-cheque, ficha financeira para o IR, etc.

d) Atualização de Todos os Componentes dos Sites Vinculados ao Domínio MP.SE.GOV.BR

- Como nossas páginas são dinâmicas, em praticamente todas, fomos obrigados a intervir neste período:
 - Desenvolvidos no período:
 - Sofreram atualizações ou manutenções no período:
 - Site da Promotoria do 3º Setor;
 - Padrão para construção de novos portais;
 - Padrão para construção de novas Promotorias;
 - Automatização dos procedimentos de publicações na WEB, tais como: Pauta de audiência, notícias, portarias, etc.
 - Portal intranet
 - Portal internet
 - Site ESMP
 - Site principal do Ministério Público de Sergipe

3. ASSESSORIAS

3.1. DE ENGENHARIA E PERÍCIAS

A equipe técnica da Divisão de Engenharia e Perícia é composta por um engenheiro civil, um químico industrial, um arquiteto e um técnico em construções prediais. Esta equipe apoia os trabalhos técnicos/periciais das promotorias da capital e do interior, executando inspeções e vistorias técnicas nas áreas:

Engenharia ambiental → aterro e invasões de áreas de preservação ambiental, devastação de mata atlântica, sistema de drenagem e rede de esgotamento sanitário; poluição sonora, atmosférica e de rios ou riachos, além de contaminação de solos, sobretudo nos lixões.

Engenharia de tráfego → Condições de rodovias, sinalizações, instalações





de fotossensores, faixa de domínio, etc.

Engenharia química → potabilidade de água

Engenharia civil → Avaliação da estrutura física de edifícios residenciais ou comerciais, casas, delegacias, prédios tombados, hospitais, escolas e demais prédios públicos.

Outros → Transcrição fonográfica

3.1.1. COMISSÃO DE PERÍCIAS DE ENGENHARIA

DIVISÃO DE ENGENHARIA E PERÍCIA				
Setor	Recebidos	Analizados	Pendentes	%
Meio Ambiente	45	34	11	24,44
Acidente do Trabalho, Idoso, Portadores de Necessidade Especiais e Direitos Humanos em Geral	20	16	4	20
Educação e Saúde	62	58	14	6,45
Urbanismo	89	81	8	8,99
Outros	109	96	13	11,93
	325	285	40	12,31

A Comissão de Análises de Documentos Contábeis foi criada em 2007 para apoiar os trabalhos das promotorias do Interior, do Patrimônio Público e a recém criada Promotoria Especializada do Terceiro Setor, tendo realizado neste exercício os seguintes trabalhos:

- **PROMOTORIA DO TERCEIRO SETOR - 114 Processos**
- Este representa o maior campo de atuação da Comissão, examinando os documentos contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultado, Variações do Patrimônio), além de Extratos Bancários, Convênios firmados, prestações de contas, etc para verificar a situação financeira e econômica das Organizações Não Governamentais. Entre estes processos pode-se citar: Associação Bom Pastor, Casa de Caridade Cristo Redentor, Associação Benef. Santa Izabel, APADA, NUTRAC, AVOSOS, Fundação Renascer, Fundação Aperipê, Hospital São José, etc.
- **DEMAIS PROMOTORIAS - 24 Processos**
- Foram analisados ainda diversos processos oriundos das demais Promotorias



versando acerca de licitações, contratos, diárias, folha de pessoal e pagamentos diversos das Prefeituras de São Cristóvão (havendo até participação em audiência), Maruim, Barra dos Coqueiros, Canindé de São Francisco, Rosário do Catete, Divina Pastora, Ribeirópolis, Riachuelo, Lagarto e Campo do Brito.

- Procedidas análises em face de Reclamações contra a DESO, à Secretaria da Saúde, SergipeTec e à política infanto-juvenil na proposta orçamentária estadual para 2009.
- Foram analisadas também questões administrativas internas, tais como: Cálculo dos valores e atualizações das gratificações por tempo de serviço (ATS) de todos os membros (ativos, inativos e exonerados); Cálculo do reequilíbrio e reajuste do contrato com a empresa MULTSERV.
- Além destes casos, sobrevieram também Processos com decisões do Tribunal de Contas para atualização monetária de valores referentes a restituição ou multa possibilitando a impetração de Ação de Execução pela Promotorias competente.

3.2. ASSESSORIA JURÍDICA

Constituída por dois advogados, examina a legalidade de atos jurídicos e contratos; emite pareceres em todas as licitações e nos requerimentos de servidores. Provê assessoria jurídica em geral e para a tramitação de procedimentos administrativos internos, sindicâncias, etc.

DOCUMENTOS / PARECERES	2007	2008
Contratos elaborados pela AssJur	24	15
Termos Aditivos – T.A.	17	27
Pareceres de T.A.	17	27
Extratos de Contratos e T.A.	54	46
Justificativas Jurídicas de T.A.	17	27
Dispensa e Inexigibilidade	9	4
Pareceres e editais de licitação	50	86
Pareceres de Minutas de Contrato	31	42
Pareceres sobre consultas formuladas	9	24
Pareceres de procedimentos administrativos	168	168
Rescisões Contratuais	4	4
Termo de Cessão de Uso	1	1
Sindicância	1	4
TOTAL GERAL DE MANIFESTAÇÕES	402	475





3.3. ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

É responsável pela elaboração da proposta orçamentária anual do Ministério Público e pelo acompanhamento de sua tramitação e posterior execução. Elabora projetos visando à captação de recursos, acompanhando sua tramitação, execução e prestação de contas.

a) Projetos e Convênios

- Perícia Conclusão dos trabalhos, preparação da Prestação de Contas final com comprovação dos gastos e devolução dos saldos remanescentes;
- Acompanhamento das Cartas Consulta encaminhadas ao CFDD;

b) Prospectivas da Receita e Despesa

- Acompanhamento da receita e despesa para projeções para o percentual de comprometimento da RCL, comparando-o com o limite imposto pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal);

c) Pesquisa de JURISPRUDÊNCIA acerca de entendimentos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Poder Judiciário e Tribunais de Contas);

d) Acompanhamento das minúcias para preenchimento do Relatório de Gestão Fiscal, sejam nas determinações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou em órgãos Públicos estaduais e federais, principalmente nos demais Ministérios Públicos.

e) Programação e Acompanhamento das Leis Orçamentárias, elaborando e/ou revisando PPA, LDO e LOA, bem como monitoração da evolução/movimentação dos recursos para as adequações necessárias.

f) Compactação de informações para elaboração de Relatórios diversos, tais como: os dados para o CNMP, CONAMP e este relatório anual;

g) Acompanhamento dos projetos orçamentários e alimentação do SIAG (Sistema de Acompanhamento de Projetos e Ações Governamentais).





3.4 ASSESSORIA MILITAR

A ASMIL tem por finalidade a preservação da segurança institucional do Órgão, protegendo e preservando os Membros em sua atuação, seja em Audiências, sobretudo do Tribunal do Juri, ou em Eventos de grande movimentação de pessoas. Para tal, apesar de contar com apenas 18 policiais, implementou uma dinâmica no serviço de segurança que permita a visualização do ambiente interno e do atendimento aos visitantes, passando, inclusive, a recepcionar e orientar os visitantes:

Segurança Institucional:

- Complementação do sistema de segurança eletrônica com a aquisição do Circuito Fechado de Televisão (CFTV), o qual funciona em sintonia com o sistema de alarme (controle de intrusão) e o de incêndio;
- Locação de sistema de segurança eletrônica e controle de incêndio (com monitoramento 24 horas), instalação de sensores de alarme sonoro em caso de intrusão ou incêndio para:
 - Sede do MP;
 - Garagem vizinha a sede do MP (com sistema de cerca elétrica);
 - Promotoria de Simão Dias
 - Na sede e na garagem do MP;
- Realização de 03 visitas aos Fóruns para observar as condições de segurança das Instalações do membro do MP;
- Proteção Institucional de 04 julgamentos pelo Tribunal do Júri e em 12 Audiências que foram consideradas de grande repercussão.
- Proteção Individual de 03 Membros sob ameaças ou em razão de apuração de fatos graves.
- Proteção aos Membros do MP em grandes eventos:
 - Estande do MP no “Sergipe de Todos” em N. Sra. Da Glória
 - Inauguração da Rodovia Promotor Valdir de Freitas Dantas entre Propriá e Neópolis
 - Estande do MP no “Sergipe de Todos” em Itabaiana
 - Estande do MP no “Sergipe de Todos” em Simão Dias
 - Estande do MP no “Sergipe de Todos” em Ribeirópolis
 - Eleições municipais 2008 onde distribui o efetivo para Capital e Interior, apoiando diretamente os Membros do MP





- Apoio em eventos das Promotorias e, principalmente, nos eventos realizados na Sede, mas também fora dele:
 - Censo Educacional do bairro Coqueiral;
 - Pós-censo do bairro Coqueiral;
 - LXI Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais ocorrido entre 25 e 28/06 em Aracaju;
 - Reunião dos Promotores dos Direitos à Educação no Centro Educacional Vitória de Santa Maria.

- Disponibilização de 02 profissionais de segurança com veículo e armamento para apoiar as diversas Promotorias com execução de serviços de investigação, condução coercitiva, etc. favorecendo a atuação do Núcleo de Apoio às Atividades Cíveis e Criminais;

3.5. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Tem como atribuição principal o desenvolvimento de um trabalho de projeção da imagem do Ministério Público visando fortalecer a credibilidade da Instituição junto à sociedade. Para atender tal mister, ocupa-se em acompanhar todas as atividades executadas pelo Parquet para produzir matérias noticiosas e divulgá-las nos diversos meios de comunicação, seja pela página eletrônica do MP (www.mp.se.gov.br), outros sítios de informações (infonet, etc) ou pela imprensa tradicional.

A cobertura dos fatos envolve filmagem ou fotografia dos acontecimentos, com gravação em áudio de entrevistas das pessoas envolvidas e coleta de informações basilares para produção de texto, os quais, após o devido tratamento, são transformados em matéria noticiosa para o sitio do MP e distribuição para os diversos meios de comunicação.

Outra função exercida pela ASCOM é a operação do sistema de sonorização do Ministério Público, seja no Auditório da ESMP ou em outros locais.





Ocupa-se ainda da preparação de suporte eletrônico em eventos e nos Tribunais do Juri, instalando TV, DVD, vídeo, projetores de mídia, etc para transmissões diversas;

Entre as ações realizadas encontram-se:

- Atualização diária da página eletrônica do MPE;
- Envio da pauta de audiências para imprensa;
- Assistência aos profissionais da imprensa para cobertura da matérias interessadas;
- Assessoramento às Promotorias com vistas a divulgar as ações, sobretudo, por ocasião de eventos importantes, tais como: Censo educacional no bairro Coqueiral; inauguração da última etapa da Escola Vitória de Santa Maria; inauguração da segunda etapa da CARE; aplicação do FICAI, etc.
- Elaboração de projetos gráficos para o Plano de Gestão Anual
- Criação de marcas, cartazes, e banners para o programa “Sergipe de Todos”;
- Captura de imagens de vídeo com edição para os Tribunais do Juri;
- Criação de documentário do Censo Educacional;
- Criação de documentários do Complexo Vitória de Santa Maria;
- Elaboração de convites para o Censo Educacional e Inauguração do Complexo Vitória de Santa Maria;
- Gravação e execução de áudio e vídeo de palestras da ESMP;



CAPÍTULO IV - POLÍTICAS ESTRATÉGICAS

Tendo cumprido, ao longo do ano de 2007, a meta de adequar o Ministério Público de Sergipe aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, seguiu-se um esforço centrado no objetivo de estruturar o Órgão para enfrentar o forte aumento da demanda provocado pelas alterações legislativas e pelo avanço tecnológico do Tribunal de Justiça, e buscando preparar a Instituição para os desafios dos próximos anos.

52

Nesta senda, foram priorizadas as instalações físicas e a aquisição de móveis segundo uma política ergonômica, disponibilizando-os para os servidores e membros das diversas Promotorias, oferecendo qualidade e eficiência no *layout* do mobiliário adquirido.

Quanto ao parque tecnológico, foi dada uma atenção especial, melhorando todo sistema de arquivamento de dados, adquirindo 05 SERVIDORES (sendo que um deles já é superior ao somatório dos 08 antigos), bem como foram adquiridos mais 228 computadores, 129 notebooks, 84 impressoras, 02 scanners, 01 Projetor de Multimídia, 03 filmadoras, 01 máquina fotográfica, etc...



Servidores(Blade e Storage)



Notebook



Monitores de 19'

No tocante à capacitação profissional foram realizados diversos cursos e treinamentos, sobretudo, na área de informática, possibilitando utilização dos novos equipamentos e softwares disponibilizados.

Também foi melhorada a frota de veículos, adquirindo mais 09 veículos, aprimorando o atendimento das Promotorias Especializadas e das atividades administrativas do Órgão.



Entretanto, o maior enfoque desta política de reestruturação foi dado ao projeto de construção da nova sede do Ministério Público da Capital, estando todo o valor garantido nas leis orçamentárias do Ministério Público, tendo concluído a fase licitatória, firmado o contrato e iniciado a obra, com todo o valor previsto para 2008 disponibilizados pelo Poder Executivo Estadual e aprovado o aumento para 2009.

Além destas realizações, foi dada especial atenção à questão do déficit de servidores do Ministério Público, conseguindo a aprovação do plano de cargos e salários, estando com edital publicado para realização do primeiro concurso público para contratação de servidores auxiliares do Órgão, distribuídos em técnicos e analistas nas áreas de saúde, comunicações, assistência social, economia, contabilidade, administração e, sobretudo, jurídica.

A seguir, um resumo das aquisições de equipamentos e contratação de serviços do período:

1. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

1.1. LICITAÇÕES - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÕES NO PERÍODO

▪ EQUIPAMENTOS

OBJETO	2007	2008
Mobiliário, Equipamentos e Eletro-eletrônicos (Ar Condicionados, Longarinas, Mesas Cadeiras, etc)	217.206,90	372.300,00
Equipamentos de Informática (05 Servidores, 228 Computadores, 84 Impressoras Laser, 129 Notebooks, etc)	211.089,64	1.553.171,16
Livros (mais de 250 exemplares)	11.657,00	36.525,00
Aquisição de 09 (nove) veículos	550.079,00	510.600,00
TOTAL	989.797,54	2.472.596,16

▪ OBRAS E ENGENHARIA

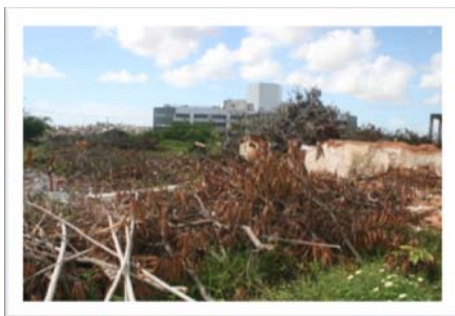
OBJETO	2007	2008
Construção da nova sede do Ministério Público em Aracaju	383.377,05	*11.000.000,00
TOTAL	383.377,05	11.000.000,00

Inscrito em Restos a Pagar com Saldo Financeiro disponível.





INÍCIO DOS TRABALHOS – RETIRADA DA VEGETAÇÃO E EDIFICAÇÕES ANTIGAS



54

RETIRADA DO MORRO



Projeto - Entrada

Projeto – Vista Frontal

Projeto – Vista dos Fundos





MATERIAL DE CONSUMO

OBJETO	2007	2008
Fardamento – Servidores, estagiários e Censo Escolar	26.533,54	27.382,84
Suprimentos de Informática	98.652,09	91.185,86
Combustíveis (estimativa do Contrato)	119.624,83	106.350,84
Diversos (Gráfico, Copa, Cozinha, Limpeza e Conservação, Mat. Expediente; Mat. Elétrico e de Construção, Peças e Pneus para veículos, etc)	159.546,78	174.781,41
TOTAL	404.357,24	399.700,95

SERVIÇOS

OBJETO	2007	2008
ÁGUA/ESGOTO	47.051,20	61.883,56
PASSAGENS	34.232,10	76.673,78
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS (C/ IPTU)	86.527,15	153.469,77
CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS (COM SEGURO)	419.481,50	491.475,11
SERV. DE LIMPEZA – MULTISERV	674.029,03	849.305,40
SERVIDOR REQUISITADO	89.835,55	84.727,25
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	326.078,89	297.661,89
TELEFONIA (MÓVEL E FIXA)	115.965,43	143.024,13
PUBLICAÇÃO OFICIAL (SEGRASE)	47.000,00	16.800,00
CORRESPONDÊNCIA	33.521,88	32.801,11
MANUT. DE ELEVADORES	43.164,00	44.315,04
VALE TRANSPORTE	14.884,09	29.371,51
TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Manifestações no software)	85.861,13	92.262,90
MANUT. EM VEÍCULOS	14.937,30	13.813,71
DIÁRIAS	111.250,50	142.068,00
ALUGUEL DE MÁQ. XÉROX	71.431,50	43.428,00
MANUT. DE SOFTWARE (CRH, ALMOX E PAT. MÓVEL)	26.696,16	38.000,00
TOTAL	2.241.947,47	2.611.081,16

PESSOAL

OBJETO	2007	2008
ATIVOS	48.888.750,59	51.180.207,86
INATIVOS	1.354.871,80	0,00
PATRONAL (ATIVOS E INATIVOS) E IPES SAÚDE	10.556.387,67	11.000.830,34
ATS	0,00	5.665.751,29
INDENIZAÇÕES	400,00	781,50
TOTAL	60.800.410,06	67.847.570,90

QUADRO DE PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES EM CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

PERÍODO: NOVEMBRO/2007 A DEZEMBRO/2008

SERVIDORES	CURSOS	PERÍODO	GRATUITO	PAGO	VALOR R\$
Alessandra G. de Almeida	Língua de Sinais/Libras	06 a 09.11.07	Sim	-	-
André Aragão da Fonseca	SISAP/Coleta de Dados	17 a 18.04.08	Sim	-	-
André Luiz Guimarães	SISAP/Coleta de Dados	17 a 18.04.08	Sim	-	-
Antônio D. C. Dos Santos	SISAP/Coleta de Dados	17 a 18.04.08	Sim	-	-
Bruno Gomes de Andrade	Capacitação de Controladores Internos	02 a 05.04.08	-	Sim	1.100,00
Denivan Rodrigues Freire	Atos no Serviço Público	19 a 21.05.08	Sim	-	-
Isabel Cristina R. Ribeiro	Atos no Serviço Público	19 a 21.05.08	Sim	-	-
José C. Cavalcante Júnior	Língua de Sinais/Libra	29.10 a 14.12.07	Sim	-	-
José C. Cavalcante Júnior	VIII Cong. Dir. Estado	07 a 09.05.08	Sim	-	-
Magali Lima de M. Soares	Dir.Leg.Urb.e Ambiental	14 a 17.04.08	Sim	-	-
Martha Raquel P. S. Gois	SISAP/Coleta de Dados	17 a 18.04.08	Sim	-	-
Miguel Angelo F. Santos	SISAP/Coleta de Dados	20 a 23.11.08	-	Sim	500,00



Relatório Anual 2008

Mirele Mendonça Oliveira	SISAP/Coleta de Dados	17 a 18.04.08	Sim	-	-
Mirele Mendonça Oliveira	Capacitação de Controladores Internos	02 a 05.04.08	-	Sim	1.100,00
Moacir N. D. Menezes	Capacitação de Controladores Internos	02 a 05.04.08	-	Sim	1.100,00
Moacir N. D. Menezes	SISAP/Coleta de Dados	17 a 18.04.08	Sim	-	-
Raimundo D. dos Santos	Capacitação de Controladores Internos	02 a 05.04.08	-	Sim	1.100,00
Tereza C. M. de Santana	Sist. de Registro de Preço	09 a 10.04.08	Sim	-	-
Terezinha Oliveira Santos	SISAP/Coleta de Dados	17 a 18.04.08	Sim	-	-
Alberto Lima Freire Jr.	Curso de Português	13 a 24/10/2008	Sim	-	-
Denivan Rodrigues Freire	Curso de Português	13 a 24/10/2008	Sim	-	-
Elza Cespedes R. Siqueira	Curso de Português	13 a 24/10/2008	Sim	-	-
João Ricardo Andrade Cortes	Curso de Português	13 a 24/10/2008	Sim	-	-
Selma Suely F. Dos Santos	Curso de Português	13 a 24/10/2008	Sim	-	-
Randerson Ferreira Barbosa	Curso de Português	13 a 24/10/2008	Sim	-	-
André Santana dos Anjos	Curso de Português	13 a 24/10/2008	Sim	-	-
Glaciane Figueiredo Dias	Curso de Português	13 a 24/10/2008	Sim	-	-
André dos Santos Souza	Curso de Português	13 a 24/10/2008	Sim	-	-
José Anselmo Oliveira	Curso de Português	13 a 24/10/2008	Sim	-	-
Maria Gorete Cardoso da Silva	Curso de Português	13 a 24/10/2008	Sim	-	-
Gilza Almeida Rosário	Curso de Português	13 a 24/10/2008	Sim	-	-
Robson Fernando F. Barbosa	Curso de Português	13 a 24/10/2008	Sim	-	-
Sílvia Brito Luduvise	Curso de Português	13 a 24/10/2008	Sim	-	-
Iranildo José dos Santos	Curso de Português	13 a 24/10/2008	Sim	-	-
Ulisses Gomes Andrade	Curso de Português	13 a 24/10/2008	Sim	-	-
Lourival dos Santos	Curso de Português	13 a 24/10/2008	Sim	-	-
Edson dos Santos	Curso de Português	13 a 24/10/2008	Sim	-	-
José de Oliveira Santos Junior	Curso de Português	11 a 24/11/2008	Sim	-	-
Denise dos Santos Costa	Curso de Português	11 a 24/11/2008	Sim	-	-
Alessandra Gois de Almeida	Curso de Português	11 a 24/11/2008	Sim	-	-
Robério Mesquita Matos	Curso de Português	11 a 24/11/2008	Sim	-	-
Ricardo Luiz O. de Carvalho	Curso de Português	11 a 24/11/2008	Sim	-	-
Mercedes Cabrita Porto	Curso de Português	11 a 24/11/2008	Sim	-	-
José Ricardo A. De Jesus	Curso de Português	11 a 24/11/2008	Sim	-	-
Carlos Henrique M. Conceição	Curso de Português	11 a 24/11/2008	Sim	-	-
Léa Maria Fraga Santos	Curso de Português	11 a 24/11/2008	Sim	-	-
Monalisa Isis dos Santos	Curso de Português	11 a 24/11/2008	Sim	-	-
Jaqueline B. De Almeida	Curso de Português	11 a 24/11/2008	Sim	-	-
Denise Oliveira de Santana	Curso de Português	11 a 24/11/2008	Sim	-	-
Antonio Diego dos Santos	Curso de Português	11 a 24/11/2008	Sim	-	-
Zenaide Dantas Lima	Curso de Português	11 a 24/11/2008	Sim	-	-

Obs: Os cursos gratuitos foram oriundos de acordo de cooperação técnica entre órgão do poder público.





CAPÍTULO V - CONCLUSÃO

Com o presente relatório, a Administração Superior do Ministério Público buscou imprimir a necessária transparência à gestão dos recursos destinados à Instituição.

Os dados estatísticos, que são apresentados em anexo, objetivam permitir uma avaliação destas atividades, ficando toda a documentação utilizada para a elaboração do Relatório disponível para consulta aos interessados, através da Assessoria de Planejamento do Ministério Público.

A missão da Administração é proporcionar aos órgãos de execução condições para atingir e manter em nível de excelência os serviços prestados à sociedade, para satisfação dos interesses coletivos.





ANEXOS



58

ESTATÍSTICAS DA ATIVIDADE PROCESSUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO EXERCÍCIO DE 2008

Suspensões Condicionais do Processo Efetivadas – Todas as Instâncias	
CRIMES	TOTAL
Contra a Vida	3
Contra a Administração Pública	16
Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	1
Contra a Ordem Tributária	6
Tortura	0
Contra o Meio Ambiente	20
Contra o Consumidor	3
Militares	4
Outros Crimes	276
TOTAL GERAL	329

ATOS DO CONTROLE EXTERNO DA ATIV. POLICIAL	
Visitas a Estabelecimentos Prisionais, Delegacias e Outros	110
Procedimentos Investigativos Instaurados	28
Recomendações Expedidas	18
Denúncias Oferecidas	17
Ações Penais Julgadas Procedentes	3
Ações Penais Julgadas Improcedentes	1
TOTAL GERAL	177





ESTATÍSTICAS DA ATIVIDADE PROCESSUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO EXERCÍCIO DE 2008

Processos Criminais no 1º Grau				
CRIMES	Despachados	Ext. Punib.	Recebidos	TOTAL
Contra a Vida	6299		6053	12352
Contra a Administração Pública	110		103	213
Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	6		0	6
Contra a Ordem Tributária	11		13	24
Tortura	9		8	17
Contra o Meio Ambiente	66		72	138
Contra o Consumidor	11		13	24
Militares	216		189	405
Outros Crimes	20687		18561	39248
Pela Prescrição		177		177
Pela Decadência		95		95
Por Outras Causas		752		752
TOTAL GERAL	27415	1024	25012	53451

Processos Criminais no 2º Grau				
CRIMES	Despachados	Ext. Punib.	Recebidos	TOTAL
Contra a Vida	767		814	1581
Contra a Administração Pública	42		43	85
Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	270		296	566
Contra a Ordem Tributária	23		32	55
Tortura	24		26	50
Contra o Meio Ambiente	13		15	28
Contra o Consumidor	22		24	46
Militares	45		51	96
Outros Crimes	1154		1191	2345
Pela Prescrição		42		42
Pela Decadência		19		19
Por Outras Causas		33		33
TOTAL GERAL	2360	94	2492	4946





Processos Cíveis – 1º Grau			
ÁREA CÍVEL	Despachados	Recebidos	TOTAL
Improbidade Administrativa	452	441	893
Meio Ambiente	80	75	155
Saúde	26	30	56
Consumidor	39	48	87
Outros	50638	51295	101.933
TOTAL GERAL	51.235	51.889	103.124

Processos Cíveis – 2º Grau			
ÁREA CÍVEL	Despachados	Recebidos	TOTAL
Improbidade Administrativa	278	317	595
Meio Ambiente	97	105	202
Saúde	148	159	307
Consumidor	1079	1187	2.266
Outros	4207	4915	9.122
TOTAL GERAL	5.809	6.683	12.492

LEGENDA:

<u>Recebidos pelo MP</u>	Recebidos
<u>Despachados pelo MP</u>	Despachados
<u>Extinção de Punibilidade</u>	Ext.Punib.



ESTATÍSTICAS DA ATIVIDADE PROCESSUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO EXERCÍCIO DE 2008

Inquéritos Policiais/Termos Circunstanciados/Notícias Criminais							
CRIMES	CONDENAÇÃO				ABSOLVIÇÃO		TOTAL
	1º GRAU		2º GRAU		1º GRAU	2º GRAU	
	Conf. Pedido	Parc. Pedido	Conf. Pedido	Parc. Pedido	Contra Pedido	Contra Pedido	
Contra a Vida	312	58	398	117	70	98	983
Contra a Administração Pública	6	5	9	13	9	9	42
Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	18	10	116	71	4	56	271
Contra a Ordem Tributária	1	0	1	2	2	5	9
Tortura	2	3	12	5	1	2	24
Contra o Meio Ambiente	2	1	4	2	2	2	11
Contra o Consumidor	0	0	9	1	0	0	10
Militares	11	6	15	11	3	3	46
Outros Crimes	2040	208	508	155	174	118	3.029
TOTAL GERAL	2.392	291	1.072	377	265	293	4.425





ATOS DA ÁREA CÍVEL							
ÁREA	PROCEDÊNCIA				IMPROCEDÊNCIA		TOTAL
	1º GRAU		2º GRAU		1º GRAU	2º GRAU	
	Conforme o Pedido/Parecer	Parcialmente ao Pedido/Parecer	Conforme o Pedido/Parecer	Parcialmente ao Pedido/Parecer	Contra o Pedido/Parecer	Contra o Pedido/Parecer	
Improbidade Administrativa	43	3	66	49	10	84	245
Meio Ambiente	3	1	22	14	0	25	65
Saúde	3	1	29	23	1	43	99
Consumidor	5	0	172	227	2	299	703
Controle de Constitucionalidade Abstrato			0	0		0	0
Outros	11476	249	603	489	395	1404	14.221
TOTAL GERAL	11.530	254	892	802	408	1.855	15.333



ESTATÍSTICAS DA ATIVIDADE PROCESSUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO EXERCÍCIO DE 2008

Inquéritos Policiais/Termos Circunstanciados/Notícias Criminais								
CRIMES	Rec./Inst.	Despachados	Transações	Arquivados	Denunciados	P/ Diligência	Ext. Punib.	TOTAL
Contra a Vida	2423	2433	20	381	638	695		5952
Contra a Administração Pública	102	148	19	28	36	12		309
Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	23	21	1	3	2	0		48
Contra a Ordem Tributária	21	19	0	0	3	9		49
Tortura	16	13	0	3	5	3		35
Contra o Meio Ambiente	70	43	18	15	22	6		152
Contra o Consumidor	14	21	3	6	4	4		48
Militares	472	627	0	210	100	211		1.520
Outros Crimes	16224	16213	1842	1810	3735	3062		39.151
Pela Prescrição							236	236
Pela Decadência							904	904
Por Outras Causas							2123	2.123
TOTAL GERAL	19.365	19.538	1.903	2.456	4.545	4.002	3.263	50.527



Relatório Anual 2008

Inquéritos Cíveis/Procedimentos Preparatórios					
ÁREA CÍVEL	Instaurados	Arq. S/ TAC	Arq. C/ TAC	Ação Ajuizada	TOTAL
Improbidade Administrativa	185	187	4	58	434
Meio Ambiente	205	55	16	26	302
Saúde	115	20	30	21	186
Consumidor	37	9	18	7	71
Outros	684	175	97	281	1.237
TOTAL GERAL	1.226	446	165	393	2.230

LEGENDA CRIMINAL:		LEGENDA CRIMINAL:	
<u>Recebidos ou Instaurados pelo MP</u>	Rec./Inst.	<u>Instaurados pelo MP</u>	Instaurados
<u>Despachados</u>	Despachados	<u>Arquivados Sem Ajustamento de Conduta</u>	Arq. S/ TAC
<u>Transações Penais Efetivadas</u>	Transações	<u>Arquivados Com Ajustamento de Conduta</u>	Arq. C/ TAC
<u>Arquivados</u>	Arquivados	<u>Ação Civil Ajuizada</u>	Ação Ajuizada
<u>Denúncias Oferecidas</u>	Denunciados		
<u>Baixado à Origem para Realização de Diligência</u>	P/ Diligência		
<u>Extinção de Punibilidade</u>	Ext.Punib.		



ESTATÍSTICA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL (Janeiro/2008 a Dezembro/2008) RESUMO ESTATÍSTICO MENSAL QUADRO GERAL DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIAS SOLICITADAS	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PELO EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSOS INTERPOSTOS	A RETORNAR	TOTAL
MARIA CRISTINA GAMA F. MENDONÇA	412	008	076	016	001	458	011	051	-	1.033
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA FILHO	673	005	026	-	-	-	002	-	001	707
MARIA JOSELITA ALMEIDA BARBOSA	307	018	044	-	328	-	004	-	-	701
MARIA EUGÊNIA DA SILVA RIBEIRO	554	011	074	-	054	001	003	-	-	697
JOSENIAS FRANÇA DO NASCIMENTO	600	018	011	-	062	-	005	-	-	696
RODOMARQUES NASCIMENTO	647	011	020	-	001	001	012	-	-	692
MARIA CREUZA B. DE FIGUEIREDO.	597	013	003	-	071	-	007	-	-	691
MARIA HELENA F. DE BARROS.	606	024	013	-	040	-	007	-	-	690
MARIA LUÍZA VIEIRA CRUZ	579	008	043	-	055	-	004	-	-	689
MOACYR SOARES DA MOTTA	594	009	026	-	051	-	009	-	-	689
JOSÉ LUIZ MELO	641	016	023	-	001	-	006	001	-	688
LUIZ VALTER RIBEIRO	306	009	020	-	328	-	007	001	015	686
MARIA IZABEL SANTANA DE ABREU	612	008	058	-	-	-	005	-	-	683
PEDRO IROÍTO DÔREA LEÓ	259	001	047	-	-	001	002	-	-	310
Dr ^a . ANA CHRISTINA SOUZA BRANDI	250	001	005	-	018	-	-	-	-	274
TOTAL	7.637	160	489	016	1.010	461	084	053	016	9.926



ESTATÍSTICA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

(Janeiro/2008 a Dezembro/2008)

QUADRO GERAL DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS DAS CÂMARAS CÍVEIS – (1ª – 2ª – Cíveis Reunidas)

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIAS SOLICITADAS	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PELO EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSOS INTERPOSTOS	A RETORNAR	TOTAL
RODOMARQUES NASCIMENTO	533	003	010	-	001	001	007	-	-	555
MARIA EUGÊNIA DA SILVA RIBEIRO	426	004	064	-	054	-	003	-	-	551
LUIZ VALTER RIBEIRO	192	001	010	-	328	-	007	-	011	549
MARIA CREUZA B. DE FIGUEIREDO.	454	003	003	-	070	-	007	-	-	537
MOACYR SOARES DA MOTTA	470	-	010	-	051	-	006	-	-	537
JOSENIAS FRANÇA DO NASCIMENTO	463	001	006	-	062	-	004	-	-	536
MARIA IZABEL SANTANA DE ABREU	474	-	051	-	-	-	005	-	-	530
MARIA LUÍZA VIEIRA CRUZ	426	-	036	-	055	-	003	-	-	520
MARIA HELENA F. DE BARROS.	458	005	005	-	040	-	004	-	-	512
MARIA JOSELITA ALMEIDA BARBOSA	159	-	015	-	324	-	002	-	-	500
JOSÉ LUIZ MELO	470	001	010	-	001	-	006	-	-	488
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA FILHO	466	-	016	-	-	-	002	-	-	484
PEDRO IROÍTO DÔREA LEÓ	201	-	040	-	-	-	001	-	-	242
ANA CHRISTINA SOUZA BRANDI	190	-	003	-	018	-	-	-	-	211
MARIA CRISTINA GAMA F. MENDONÇA	016	001	-	008	-	072	-	010	-	107
TOTAL	5.398	019	279	008	1.004	073	057	010	011	6.859



ESTATÍSTICA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL (Janeiro/2008 a Dezembro/2008) QUADRO GERAL DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS DA CÂMARA CRIMINAL

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIAS SOLICITADAS	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PELO EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSOS INTERPOSTOS	A RETORNAR	TOTAL
MARIA CRISTINA GAMA F. MENDONÇA	014	003	-	008	001	373	-	041	-	440
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA FILHO	204	005	010	-	-	-	-	-	001	220
JOSÉ LUIZ MELO	170	011	013	-	-	-	-	001	-	195
MARIA JOSELITA ALMEIDA BARBOSA	144	012	029	-	004	-	002	-	-	191
MARIA HELENA F. DE BARROS.	145	014	008	-	-	-	003	-	-	170
MARIA LUÍZA VIEIRA CRUZ	150	008	007	-	-	-	001	-	-	166
MARIA IZABEL SANTANA DE ABREU	137	006	007	-	-	-	-	-	-	150
JOSENIAS FRANÇA DO NASCIMENTO	137	007	004	-	-	-	001	-	-	149
MOACYR SOARES DA MOTTA	122	008	016	-	-	-	003	-	-	149
MARIA CREUZA B. DE FIGUEIREDO.	143	004	-	-	001	-	-	-	-	148
MARIA EUGÊNIA DA SILVA RIBEIRO	123	005	010	-	-	001	-	-	-	139
LUIZ VALTER RIBEIRO	111	004	009	-	-	-	-	001	004	129
RODOMARQUES NASCIMENTO	108	006	010	-	-	-	005	-	-	129
PEDRO IROÍTO DÔREA LEÓ	056	001	007	-	-	001	001	-	-	066
ANA CHRISTINA SOUZA BRANDI	058	001	002	-	-	-	-	-	-	061
TOTAL	1.822	095	132	008	006	375	016	043	005	2.502





ESTATÍSTICA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL
(Janeiro/2008 a Dezembro/2008)
QUADRO GERAL DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS DO TRIBUNAL PLENO

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIAS SOLICITADAS	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PELO EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSOS INTERPOSTOS	A RETORNAR	TOTAL
MARIA CRISTINA GAMA F. MENDONÇA	382	004	076	-	-	013	011	-	-	486
JOSENIAS FRANÇA DO NASCIMENTO	-	008	001	-	-	-	-	-	-	009
MARIA HELENA F. DE BARROS.	002	005	-	-	-	-	-	-	-	007
MARIA JOSELITA ALMEIDA BARBOSA	001	006	-	-	-	-	-	-	-	007
RODOMARQUES NASCIMENTO	004	002	-	-	-	-	-	-	-	006
LUIZ VALTER RIBEIRO	001	002	001	-	-	-	-	-	-	004
MARIA EUGÊNIA DA SILVA RIBEIRO	002	002	-	-	-	-	-	-	-	004
JOSÉ LUIZ MELO	-	003	-	-	-	-	-	-	-	003
MARIA CREUZA B. DE FIGUEIREDO.	-	002	-	-	-	-	-	-	-	002
MARIA IZABEL SANTANA DE ABREU	-	002	-	-	-	-	-	-	-	002
MOACYR SOARES DA MOTTA	-	001	-	-	-	-	-	-	-	001
ANA CHRISTINA SOUZA BRANDI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA FILHO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MARIA LUÍZA VIEIRA CRUZ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PEDRO IROÍTO DÔREA LEÓ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	392	037	078	-	-	013	011	-	-	531





ESTATÍSTICA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL
(Janeiro/2008 a Dezembro/2008)
QUADRO GERAL DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS DA TURMA RECURSAL

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIAS SOLICITADAS	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PELO EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSOS INTERPOSTOS	A RETORNAR	TOTAL
LUIZ VALTER RIBEIRO	002	002	-	-	-	-	-	-	-	004
MARIA CREUZA B. DE FIGUEIREDO.	-	004	-	-	-	-	-	-	-	004
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA FILHO	003	-	-	-	-	-	-	-	-	003
MARIA EUGÊNIA DA SILVA RIBEIRO	003	-	-	-	-	-	-	-	-	003
MARIA JOSELITA ALMEIDA BARBOSA	003	-	-	-	-	-	-	-	-	003
MARIA LUÍZA VIEIRA CRUZ	003	-	-	-	-	-	-	-	-	003
ANA CHRISTINA SOUZA BRANDI	002	-	-	-	-	-	-	-	-	002
JOSÉ LUIZ MELO	001	001	-	-	-	-	-	-	-	002
JOSENIAS FRANÇA DO NASCIMENTO	-	002	-	-	-	-	-	-	-	002
MOACYR SOARES DA MOTTA	002	-	-	-	-	-	-	-	-	002
PEDRO IROÍTO DÔREA LEÓ	002	-	-	-	-	-	-	-	-	002
RODOMARQUES NASCIMENTO	002	-	-	-	-	-	-	-	-	002
MARIA IZABEL SANTANA DE ABREU	001	-	-	-	-	-	-	-	-	001
MARIA HELENA F. DE BARROS.	001	-	-	-	-	-	-	-	-	001
MARIA CRISTINA GAMA F. MENDONÇA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	025	009	-	-	-	-	-	-	-	034





ESTADO DE SERGIPE PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PROVIDÊNCIAS DECORRENTES RELATÓRIO POR PROMOTORIA/ESPECIALIDADE

Período: 01/01/2008 a 31/12/2008

ESPECIALIDADE	AC	ACP	AI	A. CRI	TAC	EXE	Total
Apur. de Ato Infra. Atrib. à Criança e Adolescente	0	1	0	0	0	0	1
Controle e Fiscalização do Terceiro Setor	0	1	0	0	2	0	3
Controle Externo da Atividade Policial	0	0	0	0	0	0	0
Defesa do Consumidor	0	1	0	1	5	0	7
Defesa do Meio Ambiente	0	10	1	22	17	0	50
Defesa do Patrimônio Público	1	32	12	3	7	18	73
Defesa do Patrimônio Social e Cultural	0	3	0	0	0	0	3
Defesa do Urbanismo	0	2	0	3	18	1	24
Direitos à Educação	0	8	1	0	10	0	19
Direitos à Saúde	1	12	0	6	16	0	35
Direitos do Deficiente	0	1	0	0	1	0	2
Direitos do Idoso	0	3	0	0	0	0	3
Direitos dos Acidentados do Trabalho	0	0	0	0	0	0	0
Direitos Humanos em Geral	0	9	0	0	4	0	13
Direitos Inerentes à Criança e Adolescente	0	8	0	0	2	0	10
Questões Agrárias	0	0	0	0	0	0	0
Serviços de Relevância Pública	0	4	0	1	4	0	9
Total	2	95	14	36	86	19	252

Legenda:

AC - Ações Cautelares.
ACP - Ações Cíveis Públicas.
AI - Ações de Improbidade.

A. CRI - Ações Criminais.
TAC - Termos de Ajustamento de Conduta.
EXE - Ações de Execução.





Quadro Estatístico das Atividades Extrajudiciais das Promotorias Especializadas

CAPITAL - ENTRÂNCIA FINAL: 10 promotorias.
 INTERIOR - ENTRÂNCIA INICIAL: 24 promotorias.
 INTERIOR - ENTRÂNCIA FINAL (2ª Entrância): 32 promotorias.

Período: 01/01/2008 a 31/12/2008

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA	MOVIMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS										PROVIDÊNCIAS DECORRENTES						
	RESIDUAL				PERÍODO SELECIONADO					Total Geral	AC	ACP	AI	A. Crim	TAC	EXE	Total
	REC. PEND.	PP	IC	Total	REC. PEND.	PP	IC	ARQ	Total								
CAPITAL - ENTRÂNCIA FINAL	136	116	157	409	405	168	93	1.031	1.697	2.106	5	37	12	29	86	1	170
INTERIOR - ENTRÂNCIA INICIAL	408	108	10	526	764	91	40	1.035	1.930	2.456	0	32	8	2	10	20	72
INTERIOR - ENTRÂNCIA FINAL (2ª Entrância)	384	48	22	454	828	138	66	1.008	2.040	2.494	1	72	4	7	36	0	120
TOTAL	928	272	189	1.389	1.997	397	199	3.074	5.667	7.056	6	141	24	38	132	21	362





ESTADO DE SERGIPE PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

MOVIMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS RELATÓRIO POR PROMOTORIA/ESPECIALIDADE

Período: 01/01/2008 a 31/12/2008

ESPECIALIDADE	PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS							ARQUIVAMENTO SUMÁRIO
	RECLAMAÇÕES		PROCED. PREP.		INQUÉRITO CIVIL		Total 1	
	Res.	Per. Sel.	Res.	Per. Sel.	Res.	Per. Sel.		
Apur. de Atos Ilíc. Atrib. à Criança e Adolescente	0	8	0	0	0	0	8	3
Controle e Fiscalização do Trabalho Social	1	11	0	0	0	1	13	17
Controle Externo do Atividade Policial	32	54	0	0	0	1	87	7
Defesa do Consumidor	17	48	8	23	0	17	103	182
Defesa do Meio Ambiente	127	114	37	38	116	58	488	88
Defesa do Patrimônio Público	80	259	34	81	8	39	491	358
Defesa do Patrimônio Social e Cultural	0	12	2	0	0	2	16	7
Defesa do Urbanismo	15	28	4	16	81	40	184	20
Direito à Educação	48	158	17	83	1	8	298	199
Direito à Saúde	57	155	31	80	1	1	325	845
Direito do Deficiente	4	45	17	9	0	0	75	31
Direito do Idoso	16	110	15	23	0	1	185	85
Direito dos Adicionados do Trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0
Direito Humanos em Geral	81	218	11	12	1	2	335	188
Direito Inerentes à Criança e Adolescente	239	588	38	41	0	4	890	499
Outras	188	233	83	25	0	8	515	871
Questões Agrárias	0	1	0	0	0	0	1	2
Serviços de Previdência Pública	12	106	10	14	2	23	187	88
Parciais	838	2.128	285	483	190	201	4.143	3.180
Total dos Procedimentos Administrativos	3.064		688		391			

Total das Movimentações (Total 1 + Total 2): 7.323

Legenda:

Res. - Residência.	PGJ - Remessa para a Procuradoria-Geral de Justiça.
Per. Sel. - Período Selecionado.	CSMP - Remessa para o Conselho Superior do Ministério Público.
Prom. - Remessa para outra Promotoria.	Org. Ext. - Remessa para Órgão Externo.

Praça Fausto Cardoso nº 327, Ed. Walter Franco, 4º andar - Centro
Fones: (79) 3216-2400 e Telefax (79) 3211-7479 - Aracaju/SE - CEP 49014-900

